



**CÂMPUS LUZIÂNIA
CURSO DE PEDAGOGIA**

NAIANE SILVA PRAZER

**PERSPECTIVAS E LIMITES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES À LUZ DE
UM GRUPO DE ESTUDOS: uma análise do Câmpus Luziânia da Universidade
Estadual de Goiás**

**LUZIÂNIA – GO
2018**

NAIANE SILVA PRAZER

**PERSPECTIVAS E LIMITES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES À LUZ DE
UM GRUPO DE ESTUDOS: uma análise do Câmpus Luziânia da Universidade
Estadual de Goiás**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia do Câmpus Luziânia da
Universidade Estadual de Goiás.

Orientadora: Ma. Maria Eneida da Silva

**LUZIÂNIA – GO
2018**

NAIANE SILVA PRAZER

**PERSPECTIVAS E LIMITES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES À LUZ DE
UM GRUPO DE ESTUDOS: uma análise do Câmpus Luziânia da Universidade
Estadual de Goiás**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi considerado aprovado para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás, em 06 de Dezembro de 2018.

Banca Examinadora:

Profa. Ma. Maria Eneida da Silva
Orientadora/Presidente

Prof. Daniel Pereira da Silva
Avaliador/ Membro interno

Profa. Dra. Juliana Alves de Araújo Bottechia
Avaliadora/Membro externo

Luziânia-GO, 06 de Dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

À Deus por ser minha esperança e refrigério nos momentos de angustias e me dar forças quando as minhas já estavam fracas. À minha família por compreender e me impulsionar na caminhada acadêmica. Aos meus amigos e colegas pela torcida lado a lado e orações. As minhas orientadoras Maria Eneida e Andréa Kochhann pois não pouparam esforços e acreditaram na minha capacidade para que eu chegasse ao fim deste ciclo. Ao GEFOP - Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade que muito me agregou como pessoa, acadêmica e profissional.

Aos professores da Educação Básica e do Ensino Superior que almejam a transformação da educação.

*“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta,
que me insere na busca, não aprendo, nem ensino”.*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objeto de pesquisa a “formação de professores”. O estudo apresentou como delimitação o Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade – GEFOP, vinculado ao curso de Pedagogia do Câmpus Luziânia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), entre 2017 e 2018. Este trabalho compõe um dos subprojetos de uma pesquisa macro, cujo título “FORMAÇÃO DE PROFESSORES: perspectivas e limites considerando um grupo de estudos” analisou o GEFOP um projeto de extensão que vislumbra favorecer a formação de professores, seja no processo inicial ou continuado. O objetivo geral do trabalho monográfico foi “apresentar as perspectivas e os limites da formação de professores na voz dos atores do Câmpus Luziânia, considerando as ações do GEFOP”. No intuito de alcançar o objetivo geral, organizaram-se quatro objetivos específicos, quais sejam: 1. historicizar a universidade brasileira correlacionada à formação de professores; 2. discutir a extensão universitária no Brasil correlacionada à formação de professores; 3. apresentar a constituição histórica, bem como a pedagógica da UEG, do Câmpus Luziânia e também do GEFOP; e 4. analisar a formação de professores na voz dos atores do GEFOP do Câmpus Luziânia. Para tanto, define-se a pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, compondo o corpus teórico e o estudo de caso, compondo o corpus empírico. O embasamento teórico se alicerçou em Curado Silva (2011), Cunha (1980), Fávero (1977), Jezine (2004, 2006), Síveres (2013), Reis (1996) e outros. Valeu-se, para a análise documental, do Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI e Projeto Pedagógico Institucional – PPI da UEG, bem como do Projeto do GEFOP. O estudo de caso se organizou pela análise das atividades desenvolvidas pelos partícipes do GEFOP no Câmpus Luziânia, entre 2017 e 2018, considerando a análise do projeto, dos relatórios da coordenação, bem como pela aplicação de questionário misto aos partícipes do grupo, que foram enviados por e-mail a todos os membros. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as duas coordenadoras do grupo.

Palavras-chave: Formação de Professores. Extensão Universitária. GEFOP.

ABSTRACT

The present monographic work has as object of study the "teacher training". The study presents as a delimitation the Group of Studies linked to the course of Pedagogy of Campus Luziânia of the State University of Goiás (UEG) between 2017 and 2018. This work composes one of the subprojects of a macro research that has as title "TEACHER TRAINING: perspectives and limits considering a group of studies "that analyzes the GEFOPI - Group of Studies in Teacher Training and Interdisciplinarity - that envisages to favor the formation of teachers, be it in the initial or ongoing process. The general objective of the monographic work is "to present the perspectives and the limits in the formation of teachers in the voice of the actors of Campus Luziânia, considering the actions of GEFOPI". In order to achieve the general objective, 4 specific objectives were organized: 1. to historicize the Brazilian university and the training of teachers; 2. discuss university extension in Brazil and teacher training; 3. present the historical and pedagogical constitution of UEG, Campus Luziânia and GEFOPI; and 4. analyze the training of teachers in the voice of GEFOPI actors from Campus Luziânia. The research presents a qualitative, bibliographical and documentary approach, composing the theoretical corpus and also a case study, composing the empirical corpus. The bibliographic reference is based on Curado Silva (2011), Cunha (1980), Fávero (1977), Jezine (2004, 2006), Síveres (2013), Reis (1996) and others. The documentary analysis of the Institutional Development Project - PDI and Institutional Pedagogical Project - PPI, as well as the GEFOPI Project - Group of Studies in Teacher Training and Interdisciplinary. The case study will be organized by the analysis of the activities carried out by the GEFOPI participants, at Câmpus Luziânia between 2017 and 2018, based on the analysis of the project, the coordination reports, and the application of a mixed questionnaire to the group members, the which will be sent by e-mail to everyone in the group, attempting to refund 50%. It will also use interviews with the two coordinators of the group.

Keywords: Teacher Training. University Extension. GEFOPI.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: dilemas entre história e concepções na formação de professores	14
1.1 A historicização da universidade brasileira e a formação de professores	14
1.2 A extensão universitária no Brasil e a formação de professores	21
CAPÍTULO 2 – A CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, DO CÂMPUS LUZIÂNIA E DO GEFOP	30
2.1 A Universidade Estadual de Goiás e o Câmpus Luziânia: constituição histórica e pedagógica	30
2.2 O GEFOP: constituição histórica e pedagógica	35
CAPÍTULO 3 – A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA VOZ DOS ATORES DO GEFOP DO CÂMPUS LUZIÂNIA	49
3.1 A voz dos atores: análise do questionário	49
3.2 A voz das coordenadoras: análise das entrevistas	58
CONSIDERAÇÕES	66
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICES	72
ANEXOS	77

INTRODUÇÃO

A universidade enquanto instituição de formação acadêmica, crítico-reflexiva e profissional deve pautar pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para possibilitar também a emancipação de seus alunos. Para Gramsci (1979), a educação deve possibilitar uma formação na qual a humanidade possa ter alcance ao conhecimento, e que este possibilite a superação das suas necessidades vitais, além de favorecer a emancipação mediante as condições dialéticas que a história apresenta. Com esse olhar, a educação pode fomentar a consciência crítica e abrir horizontes para o início do processo de emancipação dos homens que constituiu a sociedade, conforme Gramsci (1979). Assim sendo, a universidade, principalmente a pública e notoriamente interiorizada no Estado, como se apresenta a Universidade Estadual de Goiás – UEG, precisa se apresentar enquanto *lócus* da construção do conhecimento crítico e autônomo, o que pode acontecer pelas ações do ensino, da pesquisa e da extensão.

Diante da complexidade e importância da educação e da formação de professores com vistas à emancipação de todos os homens, o objeto de investigação deste estudo é a formação de professores, cuja delimitação se deu na formação de professores à luz do Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade – GEFOPi do Câmpus Luziânia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), nos anos de 2017 e 2018.

O GEFOPi, que data de 2006, originou-se no Câmpus São Luis de Montes Belos da UEG e apresentava como finalidade a superação das dificuldades de leitura e escrita textual que os acadêmicos tinham. Com o passar do tempo e o crescimento do GEFOPi, a coordenadora sentiu que havia possibilidade de crescer. De início, havia poucos acadêmicos que se envolveram, mas com o passar do tempo o grupo cresceu e passou a desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão. No momento, a finalidade do grupo é a pesquisa, o ensino e a extensão não somente para complementar as atividades dos acadêmicos da UEG, mas para sua formação como professores, pela práxis.

Na vertente do ensino, o grupo atua com palestras ou estudos em grupos. No tocante à pesquisa, realizam projetos de iniciação científica sobre variadas temáticas. Os resultados viram os projetos de extensão, ou de iniciação à docência, ou iniciação científica, ou trabalhos de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação. Outra atividade é a participação em eventos científicos, por meio de publicações. São vários os objetivos do GEFOPi e depende do que o sujeito almeja, mas estão organicamente pensados em:

compreender questões alusivas à formação de professores, bem como ao processo interdisciplinar, também o crescimento na produção e socialização de trabalhos, visando a publicação, e a preparação para cursos de pós-graduação e entrada no ensino superior como docente.

Salienta-se que esta pesquisa faz parte de uma investigação macro tendo o título “FORMAÇÃO DE PROFESSORES: perspectivas e limites considerando um grupo de estudos” a qual se sustenta apoiada em cinco subprojetos. A problemática maior do projeto se estabeleceu em “Quais as perspectivas e os limites na formação de professores, considerando as ações do GEFOPÍ?”.

Os subprojetos se alicerçaram cada qual com sua problemática. O projeto um apresentou o seguinte questionamento “Quais as perspectivas e os limites na formação de professores considerando as ações do GEFOPÍ na voz dos atores veteranos da UEG Câmpus São Luis de Montes Belos?”. O questionamento do subprojeto dois foi “Quais as perspectivas e os limites na formação de professores considerando as ações do GEFOPÍ na voz dos atores calouros da UEG Câmpus São Luis de Montes Belos?”. Enquanto que o questionamento do subprojeto três se alicerçou em “Quais as perspectivas e os limites na formação de professores considerando as ações do GEFOPÍ na voz dos atores veteranos da UEG Câmpus Jussara?”. O quarto subprojeto teve como questionamento “Quais as perspectivas e os limites na formação de professores considerando as ações do GEFOPÍ na voz dos atores veteranos da UEG Câmpus Luziânia?”. E como último questionamento que alicerçou o subprojeto cinco foi “Quais as perspectivas e os limites na formação de professores considerando as ações do GEFOPÍ na voz dos atores veteranos da UEG Câmpus Formosa?”. Este trabalho monográfico se estabelece pelo quarto subprojeto.

A opção em estudar o Câmpus Luziânia da UEG se deve ao fato de a pesquisadora ser acadêmica da instituição, as orientadoras serem egressas e atualmente docentes e de o Câmpus Luziânia ser o lócus de estudo e atuação das pesquisadoras. O GEFOPÍ foi escolhido para o estudo de caso por ser um grupo de estudos presente no Câmpus desde o início do ano de 2017.

As justificativas para a escolha do objeto se devem ao fato de eu ser acadêmica da UEG e, como futura pedagoga, inquieta-me a formação e a atuação do professor para a transformação do meio social. Como partícipe do GEFOPÍ, pude então ter uma visão mais crítica para comigo mesma e minhas ações, tanto quanto para com a minha futura profissão. Mediante tais justificativas e a delimitação do objeto, apresenta-se a seguinte problemática para este estudo: “quais as perspectivas e os limites na formação de professores na voz dos

atores do Câmpus Luziânia, considerando as ações do GEFOPÍ?”. Assim, a monografia tem por objetivo geral “apresentar as perspectivas e os limites na formação de professores na voz dos atores do Câmpus Luziânia, considerando as ações do GEFOPÍ”.

No intuito de alcançar o objetivo geral, organizaram-se quatro objetivos específicos, quais sejam: 1. historicizar a universidade brasileira correlacionada à formação de professores; 2. discutir a extensão universitária no Brasil correlacionada à formação de professores; 3. apresentar a constituição histórica, bem como a pedagógica da UEG, do Câmpus Luziânia e também do GEFOPÍ; e 4. analisar a formação de professores na voz dos atores do GEFOPÍ do Câmpus Luziânia. Apresenta-se como hipótese ou asserção que há diversas perspectivas e limites na formação de professores no Câmpus Luziânia, diante das ações do GEFOPÍ, as quais serão apresentadas ao final da pesquisa.

Diante das expectativas da formação de professores visando à consciência crítica é que Gramsci (1979) propõe a “Escola do Trabalho”, teoria por meio da qual recomenda que os estudantes vivam ou pratiquem verdadeiramente a compreensão teórica, validando a escola do trabalho, em detrimento da escola da classe burguesa. Neste caso, a instituição escolar seria pensada na prática, na ação e no elaborar, com a intenção de compreensão do mundo vivido, podendo teorizá-lo e o contrário também. As atividades possibilitadas pela indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão, tem possibilidade de ocorrer com grupos de estudos (ALCÂNTARA *et al*, 2017).

Considerando o trabalho das universidades como agentes e disseminadoras de conhecimento, compreendendo SER sua grande missão a pesquisa, há a necessidade de promover a construção do saber para o crescimento crítico, emancipação e desalienação do pensamento e do fazer. É preciso compreender que na concepção de Gramsci (1979, p. 7) “[...] todos os homens são intelectuais”, visto que todo ser humano raciocina e possui as capacidades inerentes ao pensamento. Dessa forma, a função escolar, bem como da universidade, apresenta-se como possibilitadora de desenvolvimento da intelectualidade, seja por meio do ensino, da pesquisa ou principalmente, da extensão.

Demo (2006) discute a universidade no Brasil como sendo o lugar específico da investigação e por consequência do ensino e da extensão. Essas questões foram tratadas no Manifesto dos Pioneiros da Educação, tanto em 1932 como em 1959. Na visão do autor, a pesquisa não apresenta fundamento de ser, se estiver desvinculada do ensino e da extensão. O autor também apresenta que a extensão universitária não deve ser compreendida simplesmente como o momento prático do que foi pesquisado, pois toda atividade prática

deve ser carregada de teoria. Dessa forma, a extensão é pesquisa ao mesmo tempo. E ambas fomentam o ensino.

O lugar da educação, assim como o lugar da formação de professores apresenta certas especificidades e precisa ser entendidos como processo. Uma especificidade que defendemos no processo é o que pode vir a ocorrer – a emancipação. Esse processo emancipatório precisa ser compreendido enquanto luta contra hegemônica partindo da práxis crítico-emancipadora, defendida por Curado Silva (2011) que se apoia em Saviani (2008).

A pesquisa se aproxima do Materialismo Histórico-dialético, considerando a totalidade/historicidade, a contradição e a mediação. A investigação é qualitativa, bibliográfica, documental compondo o corpus teórico e também estudo de caso compondo o corpus empírico. O embasamento teórico foi em Curado Silva (2011), Cunha (1980), Fávero (1977), Jezine (2004, 2006), Síveres (2013), Reis (1996) e outros. Os documentos: Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI e Projeto Pedagógico Institucional – PPI da UEG e o Projeto do GEFOPi foram fundamentos para a análise documental.

A parte empírica da pesquisa, o estudo de caso, embasou-se no movimento que o grupo de estudos realizou no Câmpus Luziânia, entre 2017 e 2018, a partir da análise do projeto de extensão GEFOPi, dos relatórios, e também da aplicação de questionário misto, enviado por e-mail, a todos os membros do grupo de Luziânia. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as duas coordenadoras do grupo.

Destarte, a monografia se estrutura em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado “A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: dilemas entre história e concepções na formação de professores”, discute a historicização da universidade brasileira e as concepções de extensão universitária no Brasil, ambas relacionadas a formação de professores. O segundo capítulo intitulado “A CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, DO CÂMPUS LUZIÂNIA E DO GEFOPi”, historiciza a Universidade Estadual de Goiás, o Câmpus Luziânia e o grupo lócus da investigação, discutindo também seus aspectos pedagógicos. O terceiro capítulo intitulado “A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA VOZ DOS ATORES DO GEFOPi DO CÂMPUS LUZIÂNIA”, apresenta a análise das vozes dos atores partícipes do grupo de estudos.

CAPÍTULO 1 – A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: dilemas entre história e concepções na formação de professores

Este capítulo apresenta como objetivo discutir sobre a universidade no Brasil e a extensão universitária de maneira que demonstre a relação destes com a formação de professores no momento da discussão de historicização e concepções. A discussão sobre formação de professores não deve apresentar-se descontextualizada e nem mesmo sem conceituação. Para tal, os teóricos utilizados para embasamento foram Cunha (1980, 1989, 1988), Saviani (2010), Reis (1996), Síveres (2012, 2013), Jezine (2004, 2006), Curado Silva (2017) e outros.

A universidade brasileira se expressa de forma tardia no Brasil, apesar de alguns movimentos desde o período colonial. A extensão universitária da mesma forma. Se expressa tardiamente e com concepção de prestação de serviço e assistencialismo, deixando de lado a concepção acadêmica. Ambas influenciam a formação de professores. Esta por tempos foi realizada em escolas e só tardiamente em universidades e, quando foi desmereceu as ações extensionistas, focando no ensino.

1.1 A historicização da universidade brasileira e a formação de professores

Discutir formação de professores não deve apresentar-se de forma descontextualizada do processo histórico que a constituiu. A formação de professores no Brasil pode ser compreendida ao ser considerado a contextualização que Cunha (1980, 1989, 1988) apresenta ao discutir a configuração da universidade no Brasil, em três fases: universidade temporã, crítica e reformada. Cada fase representa as características de momentos políticos, econômicos e sociais que influenciaram a educação e por consequência a universidade.

A Universidade Temporã, que prevaleceu historicamente entre 1500 e 1930, conforme Cunha (1980), momentos em que o Brasil viveu o período colonial, que foi de 1500 a 1822, o período imperial, que foi de 1822 a 1889 e a primeira república, que foi de 1889 a 1930, conhecida como coronelista ou café-com-leite.

Para compreender a universidade brasileira é preciso ter conhecimento sobre a criação e organização das mesmas, as universidades devem estar atentas para a formação de professores, não se contentando apenas com a preparação das pessoas para mão de obra. É

preciso ir além, buscar as respostas de problemas enfrentados pela sociedade e por meio da extensão universitária ser agente de transformação desta sociedade.

As universidades brasileiras não foram criadas com a intenção de construir espaços científicos ou de produção de conhecimento, mas sem muita definição e despreocupada em responder aos problemas e necessidades sociais. (FÁVERO, 1977). A princípio houve uma resistência dos brasileiros e colonizadores enquanto as criações de universidades no Brasil, já que as elites da época procuravam a Europa para cursarem o ensino superior, (SAVIANI, 2013) e havia um medo por parte dos colonizadores já que esses temiam uma independência cultural e política do Brasil.

O Brasil no período colonial sofreu influência europeia por meio da educação jesuítica e do *Ratio Studiorum*. Os jesuítas chegam ao Brasil no início do processo de colonização e estabelecem o ensino dogmático, focando a formação de padres e a “domesticação” dos índios em um sentido de aculturação, trazendo-os para a religiosidade católica, como forma de não se rebelarem em relação aos trabalhos forçados que os portugueses exigiam dos mesmos (SAVIANI, 2013). O *Ratio Studiorum* era um plano de ensino que os jesuítas utilizavam para tratar da educação jesuítica, que se alicerçava no ensino tradicional pelo decorar e castigos, previstos no documento que regia às considerações pedagógicas do programa formativo de caráter católico (SAVIANI, 2013).

Os jesuítas foram expulsos do Brasil, em 1759, pelo Marquês de Pombal, que deu início a um novo modelo de educação, por meio da reforma pombalina. Agora a educação seria totalmente elitizada. No período colonial não houve criação de universidades no Brasil. Caso alguém almejasse formação superior deveria seguir para Coimbra. Mas, no final desse período, a partir de 1808 com a vinda da família real para o país, surgem os primeiros cursos e academias, pensando em profissionais que exercessem mão de obra e profissionais para o estado (CUNHA, 1980).

Após o processo de independência do Brasil em relação a Portugal, por decreto criou-se os primeiros cursos que foram o curso médico de cirurgia na Bahia e uma escola de anatomia e medicina no Rio de Janeiro. Em 1827, criam-se os cursos jurídicos que funcionavam em São Paulo e Olinda e acontecem algumas mudanças de mentalidade e novas ideias filosóficas pelos debates e discussões culturais que eram interessantes para a época (SAVIANI, 2009). Dessa forma, no período imperial as faculdades que existiram foram para atender a elite. As escolas normais, que formariam os professores, começam a dar sinais em 1835 quando surge a primeira escola normal em Niterói, em 1836 na Bahia e Pará, em 1846 em São Paulo e outras cidades. Essas escolas acabaram sendo fechadas por falta de

investimento para esse setor, pois os investimentos eram voltados para as faculdades de Direito e Medicina. (SAVIANI, 2009).

Em 1889, ocorre a proclamação da República, mas, os ideais educacionais não foram alterados de início. Houve outras tentativas de criação de universidades, mas que foram fracassadas e, na Constituição de 1891, o ensino superior é mantido como poder central do governo, mas não exclusivamente. Só em 1920, no dia 7 de setembro, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), seguindo as concepções de Comte, positivista, de pedagogia tradicional. Surge assim a primeira universidade brasileira que se deu pela união da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina – as duas federais mais antigas do país – com a faculdade de Direito, um ajuntamento de faculdades privadas com federal.

O período que se sucedeu ficou conhecido como a década do debate pelas ardentes discussões nos variados campos sociais, inclusive na área da educação e política. Esses debates possibilitaram a Revolução de 1930, com a entrada de Vargas no poder e a organização do Manifesto dos Pioneiros no Brasil, em 1932.

A Universidade Crítica, que prevaleceu historicamente entre 1930 e 1964, conforme Cunha (1989), momentos em que o Brasil viveu o período da segunda república que foi de 1930 a 1945, chamada de Era Vargas e a terceira república que foi de 1945 a 1964 chamada Era Populista. No ano de 1931 foi criado o Ministério da Educação e baixado o Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras que estabeleceu as medidas e padrões de organização para as instituições de ensino superior no país. As universidades seriam criadas pela junção de pelo menos três faculdades que seria direcionada por uma congregação de professores efetivos, em que o diretor era escolhido pelo ministro por meio de uma lista de professores criada pelo conselho universitário. Já a escolha dos reitores era da seguinte forma, nas universidades federais a escolha era feita pelo presidente da república, nas estaduais cabia ao governador e nas privadas a escolha era feita internamente. Todas estavam sujeitas a fiscalização do Ministério da Educação e poderiam ter suas instituições cassadas se houvesse quebra das normas e do estatuto.

Em 1932, foi oficializado o Manifesto dos Pioneiros da Educação, deixando explícito o desejo dos signatários do manifesto em relação à superação do descaso com a escola normal e buscavam uma significação para a formação de professores. Essa luta favoreceu, em 1939, o surgimento do curso de Pedagogia, pelo “Decreto-Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, que deu organização definitiva à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, sendo esta instituição considerada referência para as demais escolas de nível

superior.” (SAVIANI, 2009, p. 144). Nesse momento, a formação de professores passa a ser não mais em cursos normais e sim em universidade enquanto pedagogia. Contudo, é possível questionar que a formação nas faculdades isoladas não seguia seriamente o modelo de universidade, baseado na pesquisa, ensino e extensão porque prevalecia muito mais o ensino.

Entre 1945 a 1964, houve um crescimento das universidades brasileiras no sentido de expansão (CUNHA, 1989). Diante da crítica situação das agora chamadas universidades que continuavam isoladas em sem diálogos umas com as outras em que o ensino era o principal foco e a formação dos professores preocupava-se mais com a mão de obra sem uma preocupação com a pesquisa e a extensão, havia as críticas tanto internas quanto vindas de fora. Inicia-se o processo de ascensão da classe média e a necessidade de modernização, bem como o aumento do número de diplomados e, com isso, sobe o número de desempregados (CUNHA, 1989).

Em 1959, acontece o segundo Manifesto dos Pioneiros da Educação, agora com maior força que o primeiro. Havia 169 assinaturas o que favoreceu a elaboração e publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 4.024/1961, que veio para regulamentar o ensino e suas modalidades, visto que até então o Brasil não tinha uma lei nacional. Mas quase nada fez de referência ao curso de Pedagogia. Destarte, foi criado o Parecer n. 251/62 para tratar do curso de Pedagogia ao propor um currículo mínimo e uma carga horária mínima para o curso que teria os profissionais formados para o bacharelado e a licenciatura.

Ainda no período populista, convém lembrar Paulo Freire, que se tornou referência com os movimentos populares, a partir de uma proposta de aprendizagem significativa, libertadora e humana, visando tratar de assuntos sociais, pertinentes à realidade daqueles que são por muitos excluídos. Freire usava como lema “de pé no chão também se aprende a ler”, pois desenvolveu trabalhos de alfabetização que se tornaram referência no mundo inteiro. Freire apresenta um grande passo rumo à extensão para a transformação social. O trabalho de Freire não somente de ensino, mas principalmente de extensão, apesar de não estar vinculado a uma universidade. Ele prezava pela transformação das pessoas as quais ele ensinava.

Freire tratava em favor dos oprimidos e em sua formação ele visava pela formação além da sala de aula. Seus ideais se tornaram uma ameaça para os governantes da época e ele acaba sendo posto para fora do país por conta do militarismo. O então Golpe de 1964 interrompe a luta pela educação popular e Freire é exilado no Chile, pois seu trabalho era

voltado para a crítica do contexto social e das relações humanas, o que se defrontava com os propósitos do militarismo, que era ter pessoas obedientes e que servissem ao governo.

A Universidade Reformada prevaleceu historicamente entre 1964 a 1985, conforme Cunha (1988), momentos em que o Brasil viveu o período da quarta república, conhecida como Militarismo. Esse foi o período em que os militares governaram o Brasil, uma época em que a democracia não era exercida e que qualquer cidadão que fosse contra o governo sofria a represálias, perseguições e repreensões. O golpe foi dado logo após a promulgação da primeira LDBEN.

Durante o período militar a educação se estabelece seguindo os preceitos do militarismo, da ordem e do progresso, sem críticas e contestações. Os que não seguiam essas regras, como Freire e outros tantos, eram exiliados do país. A economia sofre influência estrangeira e os capitalistas sentem a necessidade de pessoas qualificadas como mão-de-obra. Assim, as universidades públicas precisariam abrir mais vagas, gerando mais gastos para o governo. Surge a possibilidade da expansão do ensino superior com a abertura das instituições privadas. Para isso havia necessidade de mudança na LDBEN, iniciando o processo de reformas educacionais na LDBEN.

No decorrer dos 21 anos de militarismo acontecem três alterações, reformulando a LDBEN e, com isso, acontece o movimento da reforma universitária. A Lei n. 5.540/1968 abordou o ensino superior e que em nada mudou quanto à qualidade na formação de professores e, principalmente do pedagogo, de tal forma que surge o Parecer n. 252/69. Esse Parecer tratou de acabar com os bacharelados em Pedagogia e firmar o curso como licenciatura, mas com variadas habilitações.

A Lei n. 5.692/1971 tratava de modificar os ensinios primários e secundários, ou seja, de 1º e 2º graus, reforçando inclusive a formação dualista com o curso científico e os cursos técnicos, sendo que magistério era um curso técnico. A formação do professor seria para o magistério de 1ª a 4ª série (nomenclatura da época) em cursos pós-normais e não obrigatoriamente em curso de pedagogia, o qual ainda não estava regulamentado. Isso também denota que a formação de professores não seria por meio de extensão universitária e pesquisa, mas por meio do ensino em cursos pós-normais ou faculdades. No que tange a Lei n. 7.044/1982, devido às pressões políticas e as lutas sociais deixa de ser obrigatório o curso técnico destinado ao ensino do 2º grau.

Destarte, durante o período militar a universidade sofreu reformas, seguindo modelo norte americano e aumento da influência do governo sobre as universidades e todo sistema escolar. A União do Movimento Estudantil aos setores mais conservadores se opõem ao

modelo de modernização norte americano, mudanças importantes nas estruturações das universidades. Assim, a formação de professores era fragmentada e havia a necessidade de formação técnica para desempenharem tarefas específicas e que fosse uma formação rápida para que pudessem atuar no ensino, nas escolas públicas o que culminava para a queda de salário e desvalorização profissional. As universidades nessa época tinham uma concepção de extensão voltada para o assistencialismo e prestação de serviços que sofriam influências europeias e norte-americanas.

Cunha (1980, 1989, 1988) apresenta que a Universidade foi Temporã, pois demorou a se iniciar no Brasil; foi Crítica, pois em seu começo teve idas e vindas até se estabelecer; e foi Reformada, devido às várias reformas que sofreu nos últimos anos. Diante desse discurso histórico, percebe-se que as universidades brasileiras primaram pelo ensino, deixando em segundo plano a pesquisa e a extensão. O curso de Pedagogia também surge tardiamente e não tem seu reconhecimento de imediato e nem mesmo uma regulamentação para tal.

Para favorecer a discussão sobre a formação de professores vinculada à historicidade das universidades, infere-se a importância de compreender a historicidade para além de 1985. Assim, buscou-se aparato em Saviani (2010), Kochhann (2018), Curado Silva (2017) e outros. Para Kochhann (2018, p. 75), de 1985 aos dias atuais, o período pode ser chamado de Universidade Questionada, pois “O Ensino Superior no Brasil, ainda não se constituiu enquanto Universidade em seu sentido estrito [...]”. A autora salienta que mesmo com as mudanças advindas da nova democratização, a universidade ainda se apresenta como frágil e focando o ensino.

A Constituição de 1988 é considerada um marco da democracia brasileira, pois teve a colaboração e participação do povo. Essa constituição traz o caráter democrático da educação e no que tange à universidade consagra em seu Artigo 207 a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, ao estabelecer que “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino e extensão” (BRASIL, 1988, p. 121).

A reformulação da LDBEN de 1961 e suas leis fragmentadas de 1968, 1971 e 1982, demorou de 1985 a 1996 quando foi promulgada a Lei n. 9.394/96. Isto significa que, durante 10 anos de nova democracia, ainda prevalecia as leis do período militar. Em relação às Universidades, a nova Lei de Diretrizes apresentava que era necessário o trabalho com base na indissociabilidade no ensino, pesquisa e extensão.

A nova LDBEN apresentava brevemente, no Artigo 43, sobre a atuação da universidade na formação dos profissionais. Em relação à extensão universitária, a nova LDBEN asseverava que a extensão precisa estar relacionada com a pesquisa, trazendo a importância do espírito científico e do pensamento crítico para que a universidade atue no entendimento dos problemas da sociedade. Contudo, o texto não aprofunda sobre o que é a extensão universitária, mas distingue que extensão e prestação de serviço são coisas diferentes.

Em relação ao curso de Pedagogia, a LDBEN apresentou nos artigos 62, 63 e 64, que a formação de professores se daria em cursos normais nos institutos e em cursos de pedagogia. Os profissionais formados nesses cursos poderiam atuar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e, caso quisessem ser gestores, poderiam fazer pedagogia ou pós-graduação. Isso significa que o curso de pedagogia poderia inclusive ser extinto.

Em 1999, é criada mais uma universidade no Brasil, no Estado de Goiás – a Universidade Estadual de Goiás. Um dos cursos basilares foi o de Pedagogia. A forma como a UEG foi criada se parece com a forma de criação de tantas outras universidades criadas no Brasil, pela junção de faculdades isoladas. Isso pode explicar a força que tem o ensino e a fragilidade que se tem na pesquisa e na extensão da maioria das Universidades, conforme Kochhann (2018).

Entre os anos 2000 e 2005, foram várias as mudanças que ocorreram no sistema econômico, político e social que influenciaram a educação e as universidades brasileiras. Uma questão que ocorreu foi no tocante ao curso de Pedagogia que buscava seu reconhecimento de fato, pois a LDBEN/96 apresentou pontos de fragilidades para o referido curso. Assim, foram sendo elaboradas propostas de Pareceres em relação ao curso de Pedagogia. O Parecer n. 03/2005 tratou de oficializar o pedagogo tendo como base de formação a docência. Após análises e correções do Parecer foi promulgado a Resolução CNE/CP n. 01/2006. A partir de então, o curso de Pedagogia está regulamentado tendo como base de formação a docência, em Universidades, as quais por sua concepção de existência devem por lei desenvolver seu trabalho formativo apoiado na pesquisa, no ensino e na extensão.

1.2 A extensão universitária no Brasil e formação de professores

Abordar a história da extensão universitária no Brasil tem como princípio estruturar e conceituar de início a concepção de assistencialismo da Europa e de prestação de serviços dos Estados Unidos e, a seguir, a concepção acadêmica da Argentina, pela Reforma de Córdoba. Essa concepção precisa ser mais discutida para de fato ser concretizada, já que se institucionalizou em documentos oficiais no Brasil, como por exemplo, no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Brasil – FORPROEX (2012), que considera a concepção acadêmica de extensão deve ser componente curricular obrigatório nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior.

A Reforma de Córdoba sugeria como concepção acadêmica que as questões da universidade devem ser tratadas e deliberadas com estudantes e não somente com gestores, implicando o movimento estudantil no Brasil na década de 1960 e criação da UNE – União Nacional dos Estudantes, o que possibilitou imprimir nas ações extensionistas a luta pela participação de acadêmicos e sua aprendizagem formativa por meio das atividades. Desta forma, defendemos a concepção processual e orgânica de Reis (1996) e de ambiência acadêmica de Jezine (2006) para as ações extensionistas. Kochhann (2017, p. 2153) concorda com Reis (1996) ao afirmar que

as ações de extensão na concepção processual-orgânica se mostram ao contrário das ações na concepção eventista-inorgânica, ao passo que são ações permanentes ou contínuas, que se relacionam de forma indissociável do ensino e da pesquisa, com finalidade acadêmica, relacionando a universidade com a sociedade para a transformação.

Ao tratar do ambiente acadêmico, Kochhann (2017, p. 2154) diz que as atividades extensionistas visam “a compreensão da dimensão científica e da relação entre a Universidade e a sociedade, valorizando a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, a relação dialógica e a mudança social”, e prima por dar oportunidades variadas de experiências, aprendizagem e em diversos espaços formativos.

Sobre isso, Jezine (2004, p. 4) defende que a perspectiva da extensão enquanto concepção acadêmica, influenciou na elaboração do documento do FORPROEX (2001) é que

O trabalho da extensão universitária numa perspectiva acadêmica pretende assim, ultrapassar o limite da ciência técnica, do currículo fragmentado e da visão de homem como objeto a ser manipulado, encaminhando-se para uma visão multidimensional, em que as dimensões político-social-humana estejam presente na formação do sujeito, concebido como ser histórico.

As atividades de extensão podem inclusive ser compreendidas como meras atividades práticas, sem teoria e sem intencionalidades didático-metodológicas. Isso é um equívoco por parte das instituições, dos docentes e dos acadêmicos. As atividades de extensão não são práticas mas, práxicas. As atividades de extensão devem ser entendidas como práxis quando, segundo Curado Silva (2017, p. 5), que diz que elas podem promover a transformação da realidade, pois

compreende-se a práxis como atividade de conhecer/agir humana transformadora, pois é a prática vivida e nutrida de teoria e, por isso, capaz de superar os primeiros estágios do pensamento – constatação e compreensão da realidade – para constituir um pensamento novo que, ao ser colocado em prática, pode transformar esta realidade.

As atividades de extensão como práxis não se efetivam de forma imediata e inorgânica; pelo contrário: é no movimento da dialética, de forma orgânica e sistematizada que as atividades extensionistas devem ser pensadas e concretizadas, carregadas de intencionalidades e permanentes na temporalidade. Na concepção de Curado Silva (2008, p. 45) “[...] a práxis, ou seja, a unidade teoria e prática, não acontece na imediatez a partir de modelos e nem por meio de teorias superficiais, ou mesmo resultado de pesquisas que apenas descrevem ou confirmam a realidade”.

A característica conceitual da linha processual-orgânica de Reis (1996) se aproxima do modelo acadêmico de Jezine (2006) e de aprendizagem de Síveres (2012) e se relaciona com o que o FORPROEX (2012) apresenta como diretrizes: a interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e transformação social. Nessa perspectiva teórica que o GEFOPi foi criado. Com essa concepção de extensão universitária as inúmeras atividades e os variados espaços formativos em que ocorrem as ações do GEFOPi podem vir a ser um caminho de práxis crítico-emancipadora, pois não defendemos a extensão enquanto prática, mas enquanto práxis. Segundo Curado Silva (2011, p. 22) alega que “A concepção de formação de professores na perspectiva crítica-emancipadora busca construir a indissociabilidade de teoria e prática na práxis.”.

O Ofício Circular 263/1994 é apresentado por Reis (1996) como elementar no processo de entendimento do que vem a ser a extensão pela concepção orgânico-processual. Para essa compreensão é preciso analisar cinco critérios, tais sejam: relevância acadêmica, relevância social, viabilidade social, compromisso institucional, e também decorrências advindas das instituições (KOCHHANN *et al*, 2017).

Quanto às possíveis diferenças nas instituições é importante apresentá-las: definição política-filosófica da Universidade, democratização e redistribuição do poder da universidade, sentido das ações extensionista, se responsabilizar pela relação teoria-prática, redimensionamentos dos conteúdos curriculares, o conceito de aula e sala de aula, currículo democrático e participativo, articulação das instâncias gestoras e decisórias, financiamentos das ações extensionistas, alocação de carga horária e valorização da diversidade. Para que a concepção processual-orgânica das ações extensionistas seja incorporada pelas Instituições de Ensino Superior – IES, estas precisam desses posicionamentos.

As instituições precisam se posicionar no que se refere à indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/96 no art. 43 e quanto à legalização das atividades extensionistas nos cursos de graduação e pós-graduação, que segundo o Plano Nacional de Educação (2014 – 2024) as instituições de ensino superior tinham até 2015 o prazo para oficializar e instituir 10% do total da carga horária dos cursos com programas e projetos de extensão, enquanto um dos elementos formativos do profissional (BRASIL, 2014).

Outra questão é que a universidade nos dias atuais tem um cenário de investigação e debate com ênfase no ensino, pesquisa e extensão. Fazendo uma relação entre esses três eixos, podemos dizer que quando falamos do ensino e extensão, a formação deve se preocupar em levar transformação para os problemas da comunidade, sendo assim a pesquisa entra como um dos eixos principais neste “tripé” ensino, pesquisa e extensão, pois é através da pesquisa que se produz conhecimento científico.

A análise da constituição da extensão universitária no Brasil, neste trabalho, se dá de acordo com a base teórica fundamentada no documento elaborado pelo FORPROEX, para tanto serão levantados os objetivos, avanços e desafios, conceito, diretrizes, fortalecimento e avaliação percorridos em suas alíneas.

Considerando as abordagens inovadoras para a produção de conhecimento e práticas no Ensino Superior, o âmbito da extensão carece ser pautado pelos esquemas multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar com foco na formação interprofissional, visando assim, que a extensão promova estratégias de reflexão e ação em problemas sociais acentuados voltados a educação, fazendo uso e elaborando novas tecnologias para a constituição dos estudantes e do meio em que este está inserido. Destarte, entende-se por extensão universitária a definição apresentada pelo FORPROEX (2012, p. 15), a saber,

a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural,

científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Conciliado com a presente pesquisa, compreende-se que extensão universitária adere como objetivo principal a “reafirmação da Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 5). Entendendo assim, a formação do profissional de forma sistemática e não-linear, tornando o estudante em agente ativo neste processo, tendo ainda consciência do meio social e da esfera pessoal de qual faz parte.

Os novos paradigmas facilitadores bem como as barreiras que se interpõe ao alcance da extensão universitária se constituem como avanços e desafios. A LDBEN preconiza a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, garantindo, desta forma, que ao menos 10% dos créditos dos cursos oferecidos sejam destinados a projetos e programas de extensão. Logo, cabe aqui ressaltar programas focais como o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXT) e também a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Contudo, apesar da visibilidade e do comprometimento com as atividades de extensão, os desafios são palpáveis, denunciando uma fraca institucionalização que pode prejudicar a extensão uma vez que esta é tida como tópico curricular oneroso e não como um serviço continuado de transformação social.

Apesar dos esforços implementados para extirpar a dissociação entre a pesquisa, o ensino e a extensão, este conceito ainda se faz real no contexto atual. As Instituições de Ensino Superior carecem fortalecer o comprometimento com o processo educacional interdisciplinar, de modo indissociável e inegociável, pois o contrário reflete um sistema educacional falho no que tange aos seus objetivos, visão e missão de formar profissionais socialmente ativos e influentes.

Diante disto, há de se considerar que o profissional educador assume um papel essencial na construção e validação da integração indissociável dos pressupostos do ensino, da pesquisa e da extensão dentro de sua área de competência, se valendo ainda das diretrizes apresentadas e promulgadas pelo FORPROEX. Estas diretrizes dizem respeito à interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade na indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

A diretriz da interação dialógica embasa o diálogo e a interação entre as competências estabelecidas pelas Instituições de Ensino Superior e dos setores sociais promovendo conexão real entre necessidades e serviços que se entrelaçam nestes domínios, fomentando

assim conhecimentos teóricos e promovendo a atuação prática nos mais diversos contextos, tornando possível a prática acadêmica voltada aos anseios e às problemáticas sociais. Dentro desta diretriz, encontra-se ainda um solo fértil para o estabelecimento da interdisciplinaridade e da interprofissionalidade, uma vez que estes conceitos situam a interação de padrões, conceitos e metodologias que promovem a integração entre a relação setorial, organizacional e profissional.

A diretriz do impacto na formação do estudante abre caminhos para a interação entre professores e estudantes, possibilitando uma constante ponderação dos meios efetivos para a aprendizagem, corroborando com a qualidade da formação do acadêmico disposta na Constituição Federal e regulamentada pelo PNE 2001-2010, que aponta que o estudante carece vivenciar ações de extensão para o desenvolvimento de suas experiências, bem como de sua formação profissional (FORPROEX, 2001).

Por sua vez, a diretriz do impacto e transformação social possibilita às Instituições de Ensino Superior uma inter-relação com as mais variadas esferas da sociedade, constituindo diálogo e influência mútua. De acordo com FORPROEX (2001), para promover o impacto e transformação social carece

configurar, nas ações extensionistas, as seguintes características: (i) privilegiamento de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; (iii) efetividade na solução do problema.

De acordo com o documento analisado, levantam-se seis conceitos básicos que norteiam o fortalecimento da extensão universitária, para os devidos fins esta pesquisa se detém no quinto conceito que fala sobre a extensão enquanto método de reflexão e estudo que promove impacto e transformação e não um serviço de pouca ou nenhuma relevância social.

Visando o estabelecimento da extensão universitária enquanto processual e evolutiva, o FORPROEX (2012) indica a construção de um sistema de monitoramento e avaliação, apontando parâmetros para a avaliação das universidades públicas na integração entre a extensão universitária, o ensino e a pesquisa. Para padronizar os programas de extensão num nível elevado, as dimensões levantadas no documento abrangem a política de gestão, infraestrutura, relação universidade-sociedade, plano acadêmico e a produção acadêmica.

Objetivando sinalizar a direção do programa de extensão dentro da universidade, no tocante teórico bem como na execução de seus parâmetros institucionais, constitui-se a política de gestão. Logo, torna-se indispensável a ponderação da política de extensão institucional devidamente registrada em suas premissas oficiais, tendo em vista o conceito da extensão e seu reflexo nas práticas externas, analisando o modo como os órgãos colegiados lidam diante das demandas decorrentes da implementação da extensão, as resoluções, normas e parâmetros legais, os caminhos de integração entre as ações da extensão e as da graduação, da pesquisa e da pós-graduação, o controle da informatização dos dados e dos processos de operacionalização da extensão e, considerando ainda, como ocorre o sistema de acompanhamento e avaliação.

Segundo o FORPROEX (2001), a infraestrutura, dentro dos processos de avaliação, se propõe a analisar os componentes físico e organizacional do processo da extensão, questionando o alcance das metas pré-estabelecidas, entendendo a estrutura administrativa enquanto instalação, espaço físico, recursos humanos, transporte, equipamentos e demais. A dimensão da relação universidade-sociedade reflete os impactos das atividades acadêmicas sobre a comunidade, validando ou desconstruindo os objetivos da proposta da extensão, questionando sobre o papel da universidade diante dos problemas sociais bem como a autonomia da comunidade na apropriação dos conhecimentos, tecnologias e metodologias desenvolvidas na dimensão da extensão.

O plano acadêmico, mediante o FORPROEX (2001), estabelece os parâmetros norteadores da extensão na organização metodológica e de práticas visando sua consolidação sob um ponto de vista de integração entre os setores envolvidos e promoção do crescimento acadêmico, considerando o ensino, pesquisa e extensão, o acompanhamento, a avaliação e a distribuição dos recursos aos programas, tendo em vista a concretização da extensão de acordo com os critérios institucionais.

Por sua vez, a produção acadêmica mensura os resultados qualitativos e quantitativos das atividades de extensão, bem como o impacto da produção de conhecimentos científicos e seu alcance. O quantitativo de análise fundamental para este processo se dá através da produção de atividades realizadas como o número de artigos publicados em periódicos, de livros editados, de comunicações em eventos, de publicações e relatórios, produção de vídeos, espetáculos, exposições e arranjos.

Considerando as informações já citadas, compreende-se que, apesar dos desafios e barreiras que se opõe à sua consolidação, o processo de extensão acadêmica tem encontrado visibilidade e respaldo pra suas práticas. As Instituições de Ensino Superior e Universidades

ainda engatinham nessa construção carecendo abranger não somente os cursos de graduação, mas abrangendo os programas de mestrado, doutorado ou especialização, construindo reflexões relevantes para a transformação social e promovendo diálogo interacional para aprimoramento contínuo do programa.

Em setembro de 2018 é lançado o texto de referência sobre a extensão universitária no Brasil, que foi aprovado em outubro deste mesmo ano pelo Conselho Nacional de Educação – CNE. A resolução estabelece as diretrizes para a extensão nas instituições de educação superior brasileira, reforçando o que rege a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases, a lei 11.892 de 2008 de criação dos institutos federais, no PNE de 2014, que estabelece no mínimo 10% (dez por cento) dos créditos curriculares, em programas e projetos de extensão que são obrigatórios na graduação, dando prioridade para as áreas de grande âmbito social. O texto considera as diretrizes, conceitos, concepções, dimensões, definições para avaliação institucional, produção em extensão, normas estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, as Políticas Nacionais de Extensão Universitárias publicadas nos Forúns de Pró Reitores e os referenciais de construção de Políticas Nacionais de Extensão. Para tanto o texto referência resolve que

O texto referência resolve promover a interação transformadora entre as instituições e em outros setores da sociedade de forma contínua em seu ensino e pesquisa; Sendo aplicado ao Sistema Federal de Educação e tendo como diretrizes curriculares as ações de extensão. Nas questões das Diretrizes traçadas podemos ver que o diálogo é de grande importância para entender as situações complexas da sociedade e a troca de conhecimento. O desenvolvimento da vida cidadã dos estudantes tem co-relação com o conhecimento e modo interprofissional e interdisciplinar, fazendo parte do currículo e sendo valorizada no mesmo. Pode existir evolução do IES conforme os conhecimentos são adquiridos.

Para que aja concepção a prática da extensão, a formação integral do estudante para que se torne um cidadão crítico e responsável na sociedade, juntamente com a dialógica de forma construtiva para a transformação nas demais áreas. Os conhecimentos interprofissional e interdisciplinar da vida cidadã dos estudantes deve ser construída e valorizada pelo modo de viver e aplicada a sociedade. Os princípios da extensão nas IES trazem contribuição para vida estudantil direta, formando assim um estudante com uma visão crítica e responsável.

Incentivos da parte do IES ligadas as políticas das diretrizes a educação ambiental, étnico racial, direitos humanos e indígenas. Isso promove a análise ética a área social do ensino e pesquisa fazem com que o estudante ora falado que esta com essa visão crítica e

transformadora, saberá lidar com as questões da sociedade brasileira e também pelo progresso social e cultural, sendo de forma coerente com a realidade brasileira. Considera ações de extensão seguintes modalidades: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos e prestação de serviços em que os estudantes em sua execução se envolvam de forma direta a comunidade externa às IES, nos termos desta Resolução e com suas regulamentações.

As IES devem integrar o seu PDI conceitos de extensão para serem aplicados em seus Projetos Pedagógicos e Planos Curriculares dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, maneira de registrar os tipos de atividades de extensão a serem aplicadas, procedimentos de acreditação curricular e de participação dos estudantes em relação a extensão curricular, efetuação de um sistema de autoavaliação das ações, mostrando os níveis de avaliação, indicadores, dimensões e instrumentos a serem aplicados e métodos de financiamento das atividades.

Ao tratar da avaliação da extensão, está deve ser de forma direcionada para aperfeiçoar suas principais características de ensino, pesquisa, formação de discentes e qualificação dos docentes, relacionado com a sociedade e tendo participação dos parceiros. Os critérios para avaliação da Extensão na IES, consiste em ver a importância da utilização das ações de Extensão, colaborando para atingir os objetivos do PDI e PCCs, e divulgar os resultados, demonstrar de que forma essa avaliação é feita. Os fatores da avaliação de Extensão realizada pelos reguladores tendo efeito de autorização de normalização e reconhecimentos das ações para credenciamento e credenciamento das IES.

Em cada curso de graduação deve ter no mínimo 10% de carga horária, exercido em projeto e programas de Extensão, que fazem parte do currículo. Atividades e pesquisas da IES articulam juntamente com as extensões complementando o currículo. Os docentes inclusos nas ações de Extensão dos cursos de graduação devem estar alinhados com as exigências para o bom funcionamento do curso e IES

No fica firmado que o estudante deve realizar as atividades de extensão no mesmo período em que estiver matriculado. É optativo aos alunos a escolha em participar das ações de extensão seguindo os pré-requisitos exigidos na respectiva ação. Para os alunos de modalidade EAD farão as atividades de extensão em atividades presenciais. Sobre o registro tem um capítulo que ressalta a importância das atividades de extensão no currículo dos cursos de graduação, podendo ganhar créditos curriculares após avaliação. Além do reconhecimento curricular, as ações de extensão serão registradas, documentadas e analisadas o conhecimento adquirido de forma organizada dentro do plano de trabalho.

De modo participativo as ações extensionistas devem está presentes no PPI, PPC, e PDIs e se enquadrar a Política de Extensão da IES além de todo acompanhamento, registro, as ações de extensão serão avaliadas por instâncias administrativas responsáveis. Os registros das ações de extensão são realizados para haver reconhecimento na Extensão curricular. Esse registro na documentação do docente serão de proveito para processos de desenvolvimento. Das disposições Gerais e Transitórias, as ações de Extensão poderão ser feitas por duas ou mais IES que tenha parceria, facilitando assim para os estudantes, docentes e servidores técnicos a realização do mesmo. As ações de Extensão deverão ser gratuita ao publico e de livre acesso ao publico conforme explicito nas diretrizes do Art. 5º. O preparo de implantação nas diretrizes relatadas terão um prazo de 3 anos para se cumprirem a partir da data de homologação da referida resolução.

CAPÍTULO 2 – A CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, DO CÂMPUS LUZIÂNIA E DO GEFOPI

O presente capítulo tem por objetivo explicar sobre a constituição da Universidade Estadual de Goiás e seus desdobramentos no campus de Luziânia, lançando luz sobre o Grupo de Estudos que tem por objetivo à formação de professores através do curso de graduação em pedagogia. O cenário da Reforma Universitária provocada na década de 60 no Brasil promoveu solo fértil para a constituição de unidades de ensino superior também no estado de Goiás, intensificando a necessidade e urgência da interiorização do ensino. Desta forma, a criação da Universidade de Goiás acompanha o intenso movimento pró reforma educacional e discussão curricular que tomava o governo nacional e através da Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e da Lei n. 13.456, de 16 de abril de 1999 encontra amparo para se estabelecer enquanto universidade *multicampi* do estado, estando presente em 39 municípios com 42 Campus Universitários.

O câmpus da Universidade Estadual de Goiás em Luziânia se constitui para sanar uma carência do município interiorano que até então não disponibilizava de Instituições de Ensino Superior, o que dificultava o acesso à educação continuada. Hoje a UEG/Luziânia conta com cursos de graduação nas modalidades regular, por convênios ou parceladas e à distância, cursos de pós-graduação e ainda cursos, seminários, atividades práticas e eventos que muito agregam à formação do conhecimento. Dentre as atividades destaca-se a parcela de formação do GEFOPI, um grupo de atividades direcionados ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e ensino.

2.1 A Universidade Estadual de Goiás e o Câmpus Luziânia: constituição histórica e pedagógica

A luta pela causa das universidades públicas, gratuitas e de qualidade não é algo tão novo, suas primeiras ocorrências surgiram por volta de 1950 com fortes discussões sobre universidades públicas e privadas. Como fruto disso em 1959 foi criada Universidade Católica de Goiás (UCG), e em 1960 a Universidade Federal de Goiás (UFG). E com a Lei n. 5.540 de 1968 por meio da Reforma Universitária fica firmado as normas de funcionamento de ensino superior e sua articulação e com isso houve um crescimento do ensino privado no Brasil e também em Goiás.

O primeiro registro da UEG foi em 1961 com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA) e em consequência dela surgiu a Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA). No ano seguinte, em 1962, houve então a criação da Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás – ESEFEGO (com a criação do Curso de Bacharelado em Fisioterapia passou a ser chamada de ESEFFEGO em 1994) em seguida transformada em UEG. E, em 1968 foi criada a Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás.

Com as intensas discussões que permeavam o Brasil na segunda metade do século XX, o ensino superior encontra amparo para se estruturar no país. Diante deste cenário, o estado de Goiás implementa sua unidade universitária constituindo a Universidade Estadual de Goiás, uma instituição *multicampi*, vinculada ao Governo do Estado de Goiás e à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Goiás, com autonomia científica, didático-pedagógica, administrativa, orçamentária, de gestão financeira e patrimonial.

A Universidade Estadual de Goiás, dentre seus fundamentos, estabelece como missão o compromisso com o ambiente no qual está inserida, de modo a formar profissionais que estejam aptos a provocar diálogos e mudanças nas realidades sociais que demandam reestruturação profunda, produzindo conhecimento científico e prático. Enaltecendo ensino, pesquisa e extensão levantando os desafios e vantagens da universidade num contexto que demanda constante atualização.

Para se constituir enquanto universidade de consistente relevância social, a UEG conta com elementos essenciais que compõe as ideologias de sua visão, tais como consolidação nacional, profissionais qualificados em seu quadro de colaboradores, formação de excelência de profissionais como agentes ativos no mercado de trabalho, bem como se tornar referencial em educação ambiental e inovação em empreendedorismo.

Dentre os documentos que possibilitam o alcance da visão e missão da UEG se encontram o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Plano Estratégico de Gestão (PEG) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2019. O PDI levanta ainda metas tais como desenvolvimento social, incentivo científico e cultural, modernização, contínua prestação de serviços e manutenção e controle do papel e funcionamento da universidade.

No âmbito da estrutura acadêmica e organizacional, a administração superior da UEG se encontram os Colegiados não deliberativos, os Órgãos da Administração Superior, as Unidades Universitárias e os Órgãos suplementares. Dentre os cargos da administração superior estão Reitoria, Vice-Reitoria Chefia de Gabinete, Pró-Reitoria de Planejamento, Gestão e Finanças, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Diretoria do Núcleo de Seleção. As

atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas na Universidade Estadual de Goiás são oferecidas nos modos presencial e à distância, dispostas em quatro segmentos, são eles: cursos de graduação, cursos de pós-graduação, pesquisas científicas e tecnológicas e cursos e projetos de extensão.

Segundo o Projeto Pedagógico Institucional, existem requisitos estruturantes que buscam garantir a padronização do oferecimento dos cursos de graduação, bem como sua qualidade direcionada à integração com a missão, visão e metas da UEG. Desta forma, os cursos de graduação são estruturados de acordo com dois parâmetros que constituem a política da universidade no que tange à organização e alcance do serviço prestado – a verticalização e a horizontalidade.

A verticalização se relaciona com o princípio da educação continuada, onde o estudante se apresenta com níveis fundamental e médio de educação tendo a oportunidade de ser lapidado através das diversas propostas de construção do conhecimento presentes nos componentes curriculares da graduação e que conseqüentemente o direcionam ao alcance de níveis cada vez mais rebuscados dentro de sua área de conhecimentos através de cursos de pós-graduação e dos seguintes níveis de formação, tendo consciência de que este processo, apesar de contínuo e estruturalmente gradual, não pode ser tratado como linear, considerando o processo de ensino-aprendizagem, pois todos os níveis complementam a formação do futuro profissional. O princípio da horizontalidade, por sua vez, pondera a demanda ambiental que circunda a universidade, aquilo que direciona as práticas dentro da instituição para o alcance externo de acordo com o perfil local e seus anseios, compreendendo a responsabilidade da contribuição social e econômica numa sociedade que requer profissionais comprometidos com o aperfeiçoamento de suas práticas.

As diretrizes pedagógicas que norteiam as graduações da UEG promovem o ensino, a pesquisa e extensão se valendo de princípios tais como o pluralismo, a interdisciplinaridade, a diversidade do conhecimento, formação geral que abarca as competências propostas no currículo prezando pela organização e dinamização em sua transmissão e construção do saber, compromisso étnico-social e padronização elevada dos conhecimentos oferecidos nos cursos diurnos e noturnos.

O ensino a pesquisa e a extensão está mencionado no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual de Goiás (UEG) tem vigência de 2010 até 2019 e em sua estrutura possui objetivos estratégias e ações afim de serem distribuídas no ensino de graduação, pós graduação, nas pesquisas, atividades de extensão, gestão de recursos humanos e um dialogo com a sociedade, neste sentido percebe-se que a universidade engloba

tudo que esta ao seu redor e principalmente a comunidade. Eis várias questões que precisam ser discutidas no momento de elaboração de uma ação extensionista. As linhas de pesquisa e extensão são meios que possibilitam à universidade um constante diálogo com a realidade social e com a academia, promovendo a reflexão e atualização de métodos, teorias e práticas nas áreas dispostas na UEG assumindo um ensino de caráter crítico, reflexivo e criativo.

A partir dos valores e objetivos da UEG aqui apresentados, há de se considerar a importância de levantar os perfis do egresso e do corpo docente na consolidação da universidade. O egresso na universidade se dá através do Processo Seletivo e do Sistema de Avaliação Seriada. As características buscadas nestes alunos se dizem da obrigação com o anseio por transformações relevantes considerando o fator humano e a ética, buscando desenvolver habilidades e competências cognitivas, críticas e emocionais que impactem a realidade social. Aos docentes cabe o domínio dos componentes curriculares de sua alçada promovendo reflexão e estimulando os alunos à ação, assumindo postura de liderança e ética. Cabe ressaltar que entre professor e egresso/aluno se estabelece uma relação de ensino-aprendizagem com construção colaborativa de conhecimentos teórico-práticos, se fazendo interdependentes.

O programa de pós-graduação e pesquisas se constitui através das vertentes *stricto e lato sensu*, ambas de caráter teórico prático direcionado aos problemas sociais proeminentes. Enaltecendo a investigação científica, o programa busca envolver os profissionais numa tentativa de criar possibilidades de atuação significativa. Cabe ainda explicar sobre a modalidade de Ensino à Distância (Ead) que, tendo sido criada em 2001 – relativamente recente, tem conquistado espaço devido ao fato de estabelecer mais um caminho de acesso à educação, um acesso altamente justificável quando refletimos sobre os avanços tecnológicos perpetrados atualmente.

Os processos de avaliação da Universidade Estadual de Goiás caminha para aprimoramento constante em suas práticas, se valendo da avaliação da instituição em todas as suas dimensões e da avaliação do ensino-aprendizagem, na sala de aula. Mediante o histórico da Universidade Estadual de Goiás, bem como sua construção pedagógica, sabe-se que esta assume o compromisso de “produzir e socializar o conhecimento científico e o saber, desenvolver a cultura e a formação integral de profissionais e indivíduos capazes de se inserirem criticamente na sociedade e promoverem a transformação da realidade socioeconômica do Estado de Goiás e do Brasil”.

O município de Luziânia é o quinto município mais populoso do estado de Goiás, sendo também um dos maiores em seu espaço geográfico, apresentando desenvolvimento

econômico promissor tem sua economia baseada na produção rural, industrial e no comércio local. Dados os quantitativos, entende-se uma grande demanda por oportunidades de educação continuada dentro do próprio município, uma vez que aqueles que desejassem cursar uma graduação se deparavam com a necessidade de se deslocar a municípios vizinhos e ao Distrito Federal. A partir desta realidade, através da autorização da Assembleia Legislativa goiana, em setembro de 1985 é estabelecida a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Luziânia-GO e de outros Municípios, com respaldo da Lei nº 9.777 10/09/1985. Posteriormente, em março de 1994, através do Decreto Estadual nº 4.214 de 28/03/1994, a mesma torna-se instituição de ensino do município de Luziânia, a FECLLUZ – Faculdade de Educação Ciências e Letras de Luziânia. No ano de 1999, todas as Faculdades de Educação, Ciências e Letras estaduais alcançaram a graduação em Unidades Universitárias da Universidade Estadual de Goiás.

Atualmente a Universidade Estadual de Goiás conta com 42 campi organizados geograficamente em oito regiões. Luziânia se encontra na região quatro juntamente com Câmpus Belos, Formosa e Posse, constituindo um bloco integrado em práticas, projetos de extensão e pesquisas. A gestão do campus Luziânia conta com diretoria, coordenação administrativa, assessoria de direção, assessoria pedagógica, secretaria acadêmica, assessoria de coordenações e bibliotecária.

Com o intuito de viabilizar a formação de profissionais qualificados para o ensino nas séries iniciais do Ensino Fundamental e inaugurando a oferta no município, em 2000, foi criado e autorizado o Curso de Graduação em Pedagogia por meio do Decreto nº 5.181 de 13 de março de 2000. Atualmente, o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária Luziânia atende a nova legislação para as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia CNE/CP Nº 1 de 15 de maio de 2006, segundo o artigo 4º da resolução citada: “o curso de Licenciatura em Pedagogia, destina-se à formação de professores para exercer funções do magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.”.

Dentre os objetivos específicos do curso destacam-se a formação do profissional para âmbitos escolares e não-escolares; Promoção do desenvolvimento humano e a capacidade de discernir valores para o desenvolvimento da cidadania; Inserção do futuro pedagogo no mundo do conhecimento, possibilitando-lhe à compreensão crítica da realidade educacional; Contribuição para a interação do futuro pedagogo com a sociedade; Promoção de condições

para o futuro pedagogo conhecer e adequar às situações de ensino-aprendizagem dos alunos de seu campo de atuação; Valorização das questões referentes à ética, à estética e a ludicidade, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa; Compreensão das implicações da diversidade na educação por meio do estudo das diferenças de natureza ambiental-ecológica, gênero, família, sexual, étnico-raciais, faixas geracionais, econômicas e culturais; Formação de pedagogos que sejam capazes de planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar as tarefas próprias do setor da Educação, bem como as experiências educativas não escolares, respondendo as necessidades da escola e da sociedade; Incentivo à produção científica através da pesquisa permanente do espaço escolar; e a valorização do desenvolvimento do ensino interdisciplinar como eixo orientador na abordagem de todos os objetos de conhecimento, a fim de superar o ensino de conteúdos fragmentados.

Torna-se importante salientar que o processo de ensino-aprendizagem durante o curso de graduação em muito contribui para a formação dos professores, de modo que a metodologia do Curso de Pedagogia do Campus de Luziânia baseia-se na construção de um espaço dialógico entre professor e alunos. De acordo com seu Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia “a metodologia de ensino propicia e estimula a participação ativa dos acadêmicos, transformando os espaços de aula em debates, exposição de opiniões, reconhecimento, compreensão e proposição de intervenções para os problemas que emergem no contexto educacional, destacando a importância da resolução de problemas, a confrontação de pontos de vista, de análise crítica de argumentos, a discussão dos limites de validade das conclusões e a possibilidade de formulação de questões frente aos conteúdos propostos, assim como a integração e envolvimento dos acadêmicos.” Para tanto, ressalta-se a formação científica, criativa, ética e qualificada como preparação para um mercado de trabalho exigente e um contexto educacional desafiador que carece de profissionais com domínio da prática docente, dos componentes curriculares, manejo de sala de aula, suporte e proteção à diversidade, capacidade de reflexão e diálogos profundos e resolutivos com a realidade do meio que estão inseridos.

2.2 O GEFOPÍ: constituição histórica e pedagógica

O GEFOPÍ foi criado em 2006 na UEG Câmpus São Luís de Montes Belos pela professora Andréa Kochhann, membra fundadora e atual coordenadora do grupo. No ano de

sua fundação foi denominado como GEPI – Grupo de Estudos em Interdisciplinaridade e um ano depois ganha a sigla atual. O GEFOPi foi criado devido a percepção da coordenadora do grupo observar que haviam lacunas na formação dos professores e alunos no processo formador, ela acreditava que as atividades de pesquisa, ensino e extensão podiam alcançar tais impasses. No andamento das atividades relacionadas ao grupo, a coordenadora percebe que poderia ir além do que foi proposto ao grupo. Apesar de o grupo ter poucos acadêmicos envolvidos no início ele foi crescendo por meios de ações de ensino, pesquisa e extensão.

Nos anos de 2006 a 2012 ocorreu o desenvolvimento do grupo por meio de atividades de pesquisa, extensão e ensino. Em se tratando do ensino a coordenadora auxiliava aqueles que possuíam dificuldades na leitura, interpretação e escrita, a partir de encontros semanais, desenvolvendo vários projetos de pesquisa, sendo assim ampliou-se significativamente em projetos e publicações lançadas nacional e internacionalmente, o que foi de suma importância.

Em 2015 se estendeu para o Câmpus Jussara e em 2017, o GEFOPi fisicamente, passa a estar em São Luis de Montes Belos, Jussara, Luziânia e Formosa, atualmente o grupo é composto por acadêmicos de vários cursos, mestrados, doutorandos, docentes, egressos e comunidade em geral, espalhados por várias cidades do Estado de Goiás e do Brasil, como São Luis de Montes Belos, Jussara, Formosa, Luziânia, Trindade, Goiânia, Inhumas, Mineiros, Fazenda Nova, Novo Brasil, Itapirapuã, Anápolis, Buriti de Goiás, Iporá, Aurilândia, Palmeiras, Planaltina, Sanclerlândia, Valparaíso de Goiás, Santa Maria – DF, Recife – Pe e outras. O GEFOPi tem por objetivo proporcionar caminhos para que os alunos construam conhecimentos, a partir de seu conhecimento prévio e enquanto pesquisadores e extensionistas o sentido é despertar a capacidade de diálogo com a realidade.

Atualmente o grupo está focado ao ensino, pesquisa e extensão primando por ser atividade complementar dos acadêmicos da UEG. No tocante ao ensino, realizam atividades como palestras ou em pequenos grupos, enquanto que a pesquisa se realiza por projetos de investigação científica, assim os resultados são transformados em projetos de extensão, iniciação à docência, monografias de graduação ou pós-graduação que também participa de eventos científicos, a fim de obter publicações. O GEFOPi também tem por objetivos debater sobre a formação de professores e interdisciplinaridade, aprofundar e aperfeiçoar nas técnicas de escrita e apresentação científica, publicar, preparar para pós-graduação e docência superior, temos alcançado transformações. Os componentes do grupo passaram em pós-graduações, mestrados, doutorados e concursos. Os participantes do grupo possuem

uniformes e banners, estes são utilizados nas apresentações desta forma é divulgado o GEFOPi e almejado reconhecimento do grupo na academia.

É importante lembrar que as universidades, diferentemente das faculdades, têm como princípio a pesquisa, ensino e extensão. De tal forma, tem como obrigação realizar atividades para além do ensino, as quais possibilitem a produção do conhecimento, podendo ser por meio de grupos de estudos, iniciação à docência, projetos de pesquisa e de extensão. Por isso, o GEFOPi foi criado. Conseqüentemente, o trabalho da indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão foi alcançada. Independente do Câmpus que os partícipes se encontram, as atividades que o GEFOPi propõe podem ser realizadas.

As metodologias das atividades do GEFOPi se configuram por: 1- grupo de estudos mensal, cujos encontros são presenciais ou via *Skype*; 2- encontro semanal para orientação específica, planejamento e execução de atividades; 3- realização de palestras, oficinas, *workshops*, minicursos e rodas de conversa mediante demanda; 4- elaboração de resumos e artigos para apresentação em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais; 5- realização de projetos de pesquisas, que se tornam ou provém de projetos de extensão; 6- organização de revistas pedagógicas com ISSN e divulgados no www.observatorio.ueg.br; 7- organização de guias para orientações de temas da academia; 8- publicação acadêmica em periódicos Qualis; 9- elaboração de livros com ISBN; 10- Elaboração de monografias, dissertações e teses; 11- discussões teóricas e orientação pelos grupos do *WhatsApp*; 12- divulgação das atividades pelo *Facebook* “GEFOPi Andréa”; 13 – divulgação das atividades e textos no *Slideshare*; 14 – divulgação das atividades no *Youtube*; 15 – realização do Encontro de Formação de Professores – ENFORMA; 16 – socialização das atividades práticas pedagógicas no grupo do *Facebook* do ENFORMA. 17 – organização de atividades assistencialistas. O GEFOPi no Câmpus Luziânia no período de março de 2017 a setembro de 2018, efetivou inúmeras atividades das supracitadas.

Dentre algumas dessas atividades, está o grupo de estudos que são momentos em que todos os partícipes do GEFOPi são convidados a se reunirem para estudarem textos ou temas escolhidos previamente. A princípio o grupo de estudos era realizado semanalmente e com a demanda de atividades, o grupo de estudos passou a se realizar-se mensalmente. A partir de 2017 devido aos partícipes do GEFOPi se encontrarem territorialmente distantes os encontros passaram a ser transmitidos via *Skype*. Assim os encontros do grupo de estudo são presenciais no Câmpus Luziânia e transmitidos para os demais Câmpus e cidades em que os partícipes se encontram. Para isso foi criado um grupo do GEFOPi no *Skype*.

As temáticas que o grupo discute são variadas mas, todas voltadas para a formação docente. No ano de 2017, os encontros primaram por discutir sobre “Saberes necessários a prática educativa”, “Pesquisa”, “Paradigmas Educacionais”, “Letramento”, “Tendência Histórico-Crítica e Práxis Crítico-Emancipadora” e “Atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão: possibilidade de letramento”. Em 2018 a discussão teve como tema: “Letramento e Multiletramento na Formação de Professores”, “As interfaces da didática nas dimensões da fenomenologia e da complexidade” e “Etnomatemática”.

Figura 1: Grupo de estudos



Fonte: Acervo GEFOPi, 2017

As discussões no grupo de estudo fomentam projetos de pesquisa e de extensão, bem como estes também fomentam as discussões no grupo, caracterizando a indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão. Quanto à pesquisa, o GEFOPi registrou 17 projetos de 2006 a 2016, e em 2017, foram 6 projetos sendo que destes, 4 são do Câmpus Luziânia. (NOMES) “Atividades de ensino, pesquisa e extensão: um estudo do letramento na formação de professores da UEG”, em 2018 foram 3 projetos sendo que destes, 2 são do Câmpus Luziânia (NOMES). As pesquisas fomentam a discussão teórica nos grupos de estudos, nas atividades de extensão e nos eventos com as publicações. Para tanto, acontecem orientações individuais e em grupos para a construção, discussão, produção de artigos e apresentação em eventos, conforme a Figura 2.

Figura 2: Orientações para projetos de pesquisa



Fonte: Acervo GEFOPi, 2017

As orientações aos participantes do GEFOPi mostradas na figura 3 são feitas em grupos ou individuais por meio de reuniões específicas de acordo com a necessidade dos partícipes, bem como por *Skype* ou pelo *WhatsAap*. As mesmas acontecem em diversos locais e conforme o tempo de cada um, sendo assim, os integrantes não ficam restritos a um determinado câmpus ou a uma sala de aula. Essas orientações são para participações em eventos, planejamentos de atividades, estudar um determinado tema, pesquisas, análises de como estamos caminhando ou para ensinar um participante a usar ferramentas midiáticas; como *Windows Movie Maker*, *Powerpoint*, entre outros. Essas orientações caracterizam a indissociabilidade no sentido do ensino.

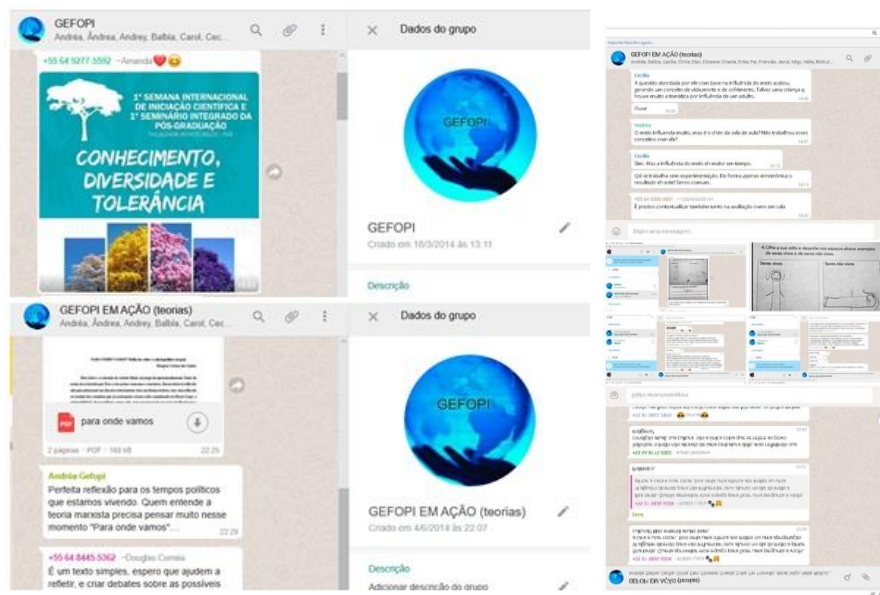
Figura 3 – Orientações e reuniões para eventos



Fonte: Acervo GEFOPi, 2017

As discussões do GEFOPi perpassam os grupos de estudos, as quais ocorrem também de forma virtual por isso o GEFOPi conta com dois grupos no *WhatsApp*. Um dos grupos chama “GEFOPi” pelo qual agendamos as atividades, marcamos reuniões, socializamos fotos de atividades realizadas, conversamos questões cotidianas que envolvem os componentes e principalmente mobilizamos para os eventos. O outro grupo é o “GEFOPi em Ação” pelo qual discutimos teoria, é um espaço formativo ao passo que são lançados questionamentos e os partícipes discutem com base teórica sobre a temática lançada. Enquanto alguns pontuam teoricamente outros fazem novos questionamentos e outros apenas visualizam. Isso promove a aprendizagem de todos, com maior ou menor grau. Existem alguns grupos de maneira temporária, os quais são criados para a organização de evento específico. A dinâmica dos grupos pelo *WhatsApp* tem favorecido as atividades do GEFOPi, bem como possibilitado o desenvolvimento dos acadêmicos, porque a maioria reside em municípios diferentes.

Figura 4: Grupos no *WhatsApp*



Fonte: Acervo GEFOPi, 2017

Ainda em relação às mídias o grupo se vale do *Facebook*, *WhatsApp*, do *Slideshare*, *Moviemaker*, do *Youtube*, do *Google Doc's*, *Skype*, dentre outras. O *Facebook* “GEFOPi Andréa” é usado como uma ferramenta que divulga as atividades que os partícipes do grupo realizam, publicações de fotos e vídeos dos eventos ocorridos, auxiliando na interação entre os participantes e servindo de repositório para a historicização do grupo. O *Facebook* “ENFORMA UEG LUZIÂNIA” e “FORM-AÇÃO” funcionam em grupos fechados para

divulgação das atividades extras classes dos cursos de formação continuadas. Por meio do *Facebook* “GEFOPI Andréa” no dia 28 de Abril foi realizado, numa sexta-feira a manifestação do brasileiros nas ruas, como forma de protesto a Coordenadora do grupo, nos pediu para que tirássemos fotos ao lado de algum livro que marcou a nossa trajetória acadêmica. Em relação ao *WhatsApp* além do “GEFOPI em Ação” e “GEFOPI” citados anteriormente, tem o “ENFORMA” e o “FORM-AÇÃO” para discussões teóricas das professoras participantes dos encontros de formação. Também são criados grupos temporários para discussões eventuais. O GEFOPi também se vale do espaço virtual *Slideshare*, no qual o que o GEFOPi produz como relatório de atividade, textos e slides das atividades são disponibilizadas no *slideshare*. No momento temos mais de 100 publicações no *Slideshare*, algumas com mais de 5 mil visualizações. Em relação ao *Moviemaker* utilizamos a ferramenta para a confecção de vídeos dos eventos e atividades como forma de divulgação das ações ou publicamos no *Youtube* já temos mais de 10 *Moviemaker* lançados no *Youtube*. No *Google Docs* escrevemos trabalhos em conjunto, por meio dele podemos criar e editar textos e banners. Nele buscamos a facilidade para escrevermos trabalhos com pessoas de outras cidades. Pelo *Skype* temos um grupo denominado “GEFOPI em Ação” o qual nos conectamos com participantes do GEFOPi de outros Câmpus e cidades em dias de grupos de estudos ou reuniões diversas. Conforme figura 5.

Figura 5 : mídias GEFOPi e mobilização pelas mídias



Fonte: Acervo GEFOPi, 2017 e 2018

O ENFORMA é o Encontro de Formação de professores, que tem como objetivo propiciar aos participantes formação continuada aos professores das Redes Municipal, Estadual, Particular e demais interessados, bem como propiciar momentos de formação aos partícipes do GEFOPi com uma variedade de temas na área da educação, por meio de uma práxis crítico-emancipadora. O ENFORMA teve sua primeira edição em maio de 2017, de início o encontro acontecia no Câmpus Luziânia e depois passou a ser na Secretária Municipal de Educação, desde então já são nove encontros que aqui serão abordados o I com o tema “Os paradigmas educacionais e a identidade docente no trabalho concreto”, a II edição, “Letramento, didática fundamental e tendência histórico-crítica”, a III turma teve como tema “Sustentabilidade na sala de aula: teoria e prática”; IV encontro tratou da “Linguagem, sociedade e cultura: elementos para a emancipação humana pela educação”; a V edição, “EMANCIPAÇÃO ACADÊMICA: uma possibilidade pela formação omnilateral”; VI edição bordou o assunto “ATELIÊ TEXTUAL: teoria e prática no chão da sala de aula”; o VII encontro trouxe como tema “cultura científica na formação de professores da educação básica”; a VIII edição “LETRAMENTO NA FORMAÇÃO DOCENTE: limites e possibilidades para a sala de aula”; no IX o assunto foi “jogos pedagógicos e matemática”; O FORMAÇÃO segue o formato do ENFORMA e dois dos nove encontros tiveram a participação de componentes de Luziânia. O FORMAÇÃO acontece no Câmpus de São Luiz de Montes Belos e está em negociação nos demais Câmpus. O ENFORMA é uma atividade de extensão que parte das pesquisas e dos grupos de estudos como apresenta as figuras abaixo.

Figura 6 : Encontro de Formação de Professores



Fonte: Acervo GEFOPi, 2017 e 2018

Além dos encontros o ENFORMA faz ações assistencialistas e de prestação de serviço como arrecadação de brinquedos, alimentos, roupas e produtos de higiene pessoal. Essas ações refletem na sociedade e para serem entregues acontecem ações como “Criança Feliz”, em que os brinquedos foram entregues aos alunos da escola Dilma Roriz e como forma de agradecimento os alunos escreveram cartas para o GEFOPI; “Natal Solidário” quando os alimentos arrecadados foram doados aos guardas da instituição UEG; “Inverno de Amor” em que a arrecadação de roupa se tornou um projeto didático denominado “Feira Textual”, com os alunos do Mais Educação, na escola Municipal Carlos Alberto Brandão Ferreira, momento em que as crianças puderam trocar gêneros textuais pela moeda gefopiana e comprar as roupas que queriam na feira do GEFOPI. Em relação a arrecadação dos produtos higiênicos, os mesmos foram entregues na casa de idosos “SAIDA”. A prestação de serviço tem acontecido nos encontros de professores com atividades pensadas para a saúde docente, enquanto atividades laborais, como a funcional com um profissional de educação física, massagens relaxantes com massaterapeuta, yoga com uma professora e maquiagem com uma esteticista.

Figura 7 : Ações assistencialistas e de prestação de serviço



Fonte: Acervo GEFOPI, 2017 e 2018

Os integrantes do grupo de estudos participam de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. Os eventos são divulgados por meio do *Facebook* GEFOPI Andréa e pelos grupos do *Whatsapp* “GEFOPI”. As participações em eventos ficam a critério e disponibilidade dos partícipes que, de acordo com cada evento, escrevem seus trabalhos para a apresentação e discussão em grupos de trabalhos. A participação em eventos com

apresentação de trabalhos, em sua grande maioria como comunicação oral, é fomentado pelas pesquisas, pelas atividades de extensão e pelos momentos de ensino que permite aprendizagem para além da escrita de artigos e resumos, como também de oralidade, de postura didática, de mídias, de domínio psicológico, entre outros, caracterizando a produção acadêmica. No período de 2017 a 2018, o GEFOPi Luziânia realizou diversas comunicações orais e demais atividades em eventos, a saber: palestras na Faculdade de Educação da UnB em Brasília; Workshop na Conferência Novos Rumos que marcaram os 18 anos da UEG em Aparecida de Goiânia; banners e comunicação oral no VI EEPEX-Encontro de ensino, pesquisa e extensão do Campus CCET da UEG de Anápolis; comunicações orais no II Colóquio Estadual de pesquisa multidisciplinar na UNIFIMES em Mineiros Goiás; comunicações orais na VI Semana de Integração do Câmpus Inhumas; acompanhamento de avaliação de banners na VI Semana de Integração; Roda de Conversa sobre Extensão Universitária na VI Semana de Integração; participação como expositor na 33ª Feira do Livro; participação no VIII SEREX-Seminário regional de extensão universitária da região centro-oeste, 6 participações no VII ENFOPLE-Encontro de formação de professores de língua estrangeira no Câmpus Inhumas, Participação de seminários do GEPFAPe – Grupo de estudos e pesquisas sobre a formação e atuação de professores/pedagogos da UNB; acolhida dos alunos do Câmpus Luziânia; Atividade de Cinema e Educação: uma experiência crítica na sala de aula” com o filme Óleo de Lorenzo na turma do 3º período de pedagogia do Câmpus Luziânia; Participação no I ENILIC-Encontro internacional de licenciatura do cerrado IFG Câmpus Valparaíso; participação no II CICED- Congresso de Iniciação Científica, Estágio e Docência do Campus Formosa com a atividade de cinema e educação; ação criança feliz, natal solidário e inverno de amor, reflexos dos ENFORMAS; apresentação de trabalhos no CEPE-IV congresso de pesquisa, ensino e extensão da UEG; aplicação do projeto poemas em festa com a turma do 2º ano da professora Maria Cecília da Escola Municipal Dilma Roriz Medeiros em parceria da UEG Câmpus Luziânia, acadêmicas do curso de pedagogia e grupo GEFOPi; VII EDIPE-encontro estadual de didática e práticas de ensino; trabalhos orais e oficinas no SEPEC- seminário regional de ensino, pesquisa, extensão e cultura; aula inaugural de pedagogia socialista UNB na turma de mestrandos e doutorandos; aula magna com a professora Vera Maria Ferrão Candau no IELT Câmpus Anápolis; participação com contação de história e lançamento de livros na 34ª Feira do Livro de Brasília; oficinas na V semana do pedagogo Câmpus Luziânia; feira textual com os alunos do programa Mais Educação, na escola Municipal Carlos Alberto Brandão Ferreira; lançamento de livros no GEPFAPe; participação no 8º Congresso Brasileiro de Extensão

Universitária – CEBEU em Natal-RN; Atividade de Cinema e Educação com o filme “O Óleo de Lorenzo na turma do 1º período de pedagogia do Câmpus Luziânia; apresentação de trabalhos no VI Seminário Marxismo e formação do educador na Universidade de Brasília; apresentações de banner no IX Seminário Regional de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste – SEREX em Rio Verde-Go; mesa redonda sobre espaços em ambientes não escolares no auditório da UEG Câmpus Luziânia; roda de conversa com a turma do 8º semestre do curso de pedagogia sobre espaços não escolares, da disciplina da professora Maria Eneida Silva; inúmeras discussões teóricas pelo *WhatsApp*, dentre outros.

Figura 8: eventos 2017/2018



Fonte: Acervo GEFOPi, 2017 e 2018

O GEFOPi tem como produção acadêmica as Revistas Pedagógicas, que surgiram vinculadas à disciplina de Teoria Social Educação e Estado, no curso de Pedagogia da UEG Câmpus São Luis de Montes Belos, quando no primeiro semestre elaboravam a revista com temáticas relacionadas aos temas discutidos e no segundo semestre visitavam escolas públicas socializando a temática e distribuindo a revista. Ao passo que a atividade se consolidou foi registrada como um projeto de extensão e em 2013 resolvemos solicitar o registro acadêmico das mesmas. Dessa forma a Revista Pedagógica ganhou ISSN em 2013 desde então já somam 23 exemplares elaborados, vinculados à disciplinas ou a atividades de extensão. Os temas das Revistas Pedagógicas são em 2013: Som da liberdade, As faces da violência, Planeta bola, Saúde e beleza; em 2014: Saber mais, Diferença, Sustentabilidade, Face Oculta; em 2015: Incluir, Sustentabilidade, Obesidade infanto-juvenil, Violência em tudo, Pedofilia, Brincadeira de criança, Bulling, Exploração sexual infantil; em 2016:

Formação docente e trabalho concreto, MDH, Diversidade e patrimônio, Brasil e em 2017: Universidade espaço da pesquisa, ensino e extensão, Violência escolar e GEFOPi dez anos de atividades. Todas as revistas estão disponibilizadas no www.observatorio.ueg.br.

Figura 9 : revistas pedagógicas



Fonte: Acervo GEFOPi, 2017 e 2018

Outra produção acadêmica que o GEFOPi realiza vinculada a pesquisa, ao grupo de estudos e as atividades de extensão, que inclusive, fomentam as atividades de extensão, são os “Guias do GEFOPi”. Começamos a escrever os guias em 2015 com o objetivo de ser um guia prática para esclarecer dúvidas sobre determinados temas. Em 2017 já totalizam 12 guias e estão em avaliação para ganhar o ISSN. Objetivamos lançar todos os guias no www.observatorio.ueg.br e se possível distribuir fisicamente durante as atividades de extensão. Os guias foram elaborados com perguntas e respostas sobre variados temas, tais sejam: Universidade, Extensão, Pesquisa, Ensino, Etnomatemática, Diversidade, Videoteca, Filmes Pedagógicos, Filmes de Diversidade, Sustentabilidade, Leitura e Escrita. Estamos elaborando o guia de letramento e de atuação do pedagogo.

Figura 10: Guias do GEFOPI



Fonte: Acervo GEFOPI, 2017 e 2018

Ainda como produção acadêmica temos os livros, dos 8 livros aqui apresentados, 3 foram organizados e escritos por componentes do GEFOPI e os outros 5 livros contêm capítulos escritos por componentes do GEFOPI. Isso demonstra a intensidade da produção científica pelas vias da extensão. Os participantes do GEFOPI já tem mais de 10 artigos publicados em Qualis B2 e B1. Estão no aguardo de resultado de Qualis A2 e A1.

Figura 11: livros GEFOPI



Fonte: Acervo GEFOPI, 2017 e 2018

O GEFOPÍ tem uma metodologia dinâmica e vem enquanto grupo de estudos cumprindo seu papel que desde o início foi proposto. A medida em que os participantes se envolvem tem a possibilidade de percorrer caminhos concretos na construção do conhecimento pois o grupo se preocupa não só com o conhecimento acadêmico mas também profissional e pessoal. Como possibilidade de formação também enfrentamos desafios, como o tempo de alguns participantes que trabalham e assim se envolvem em menor grau com as propostas do grupo e a falta de subsídios da instituição que muitas vezes nos faltam para uma maior participação das atividades.

CAPÍTULO 3 – A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA VOZ DOS ATORES DO GEFOPÍ DO CÂMPUS LUZIÂNIA

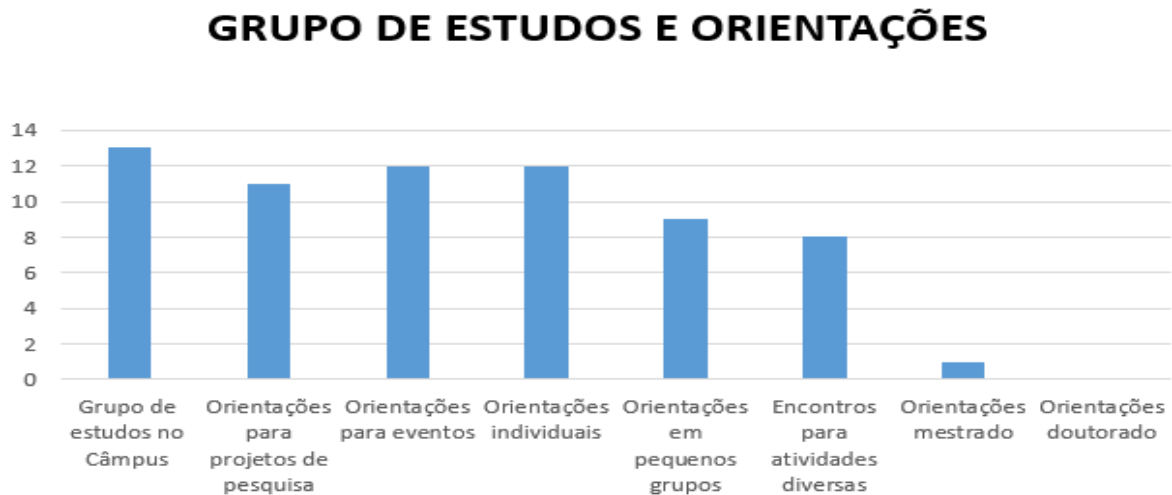
Nesse capítulo apresentaremos os resultados das análises dos questionários na voz dos atores do Câmpus Luziânia e a análise das entrevistas com as coordenadoras do grupo de estudos. Diante da relevância da formação de professores é preciso trabalhar de formas dinâmicas e diversas para que os modelos de práticas de formação perpassem os modelos tradicionais de ensino e que os novos profissionais possam experimentar uma formação emancipada para que possam experimentar o tripé que a universidade oferece.

3.1 A voz dos atores: análise do questionário

O que se apresenta mediante as análises é que o GEFOPÍ prima por atividades de indissociabilidade e interdisciplinaridade, visando a transformação da sociedade mas, principalmente do acadêmico, protagonista das atividades do grupo, pois estas apresentam características processual e orgânica, com foco não somente no assistencialismo e na prestação de serviço, mas principalmente na concepção acadêmica. Destarte, foram aplicados 32 questionários mistos aos partícipes da UEG Luziânia, e destes 15 responderam ao mesmo, sendo 12 acadêmicas do curso de pedagogia e 3 egressas da UEG Câmpus Luziania, todas do sexo feminino com idade entre 20 a 47 anos.

Para análise dos dados por meio dos questionários apresenta-se no Gráfico n. 01 que a participação dos integrantes do GEFOPÍ nos grupos de estudos e orientações em grupos ou individuais é bastante significativa.

Gráfico n. 01 – Grupo de estudos e orientações



Fonte: A autora

Em relação a participação nos eventos da UEG fica constatado um bom número de partícipes, não só como ouvintes mas também como autores de trabalhos como está descrito no Gráfico n. 02.

Gráfico n. 02 – eventos da Universidade Estadual de Goiás

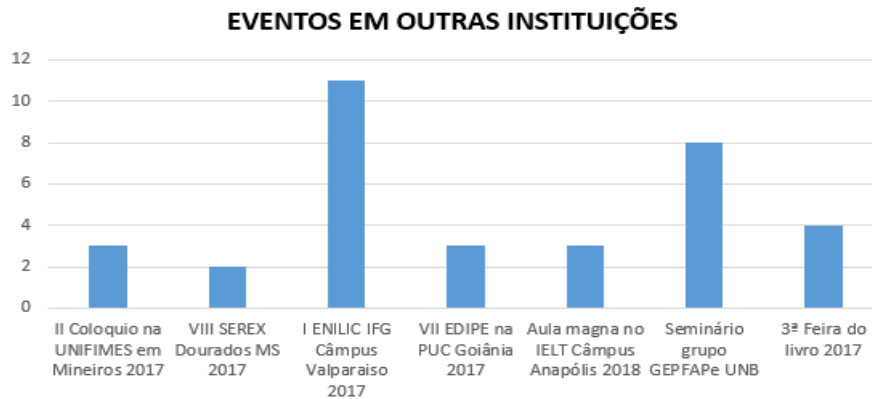


Fonte: A autora

Os alunos do Câmpus Luziânia da UEG se mostram participativos nos eventos de outras instituições e tanto os eventos realizados na UEG quanto fora dela são elementos de

protagonismo dos alunos e dificilmente vão a esses eventos somente como ouvintes, conforme Gráfico n. 03.

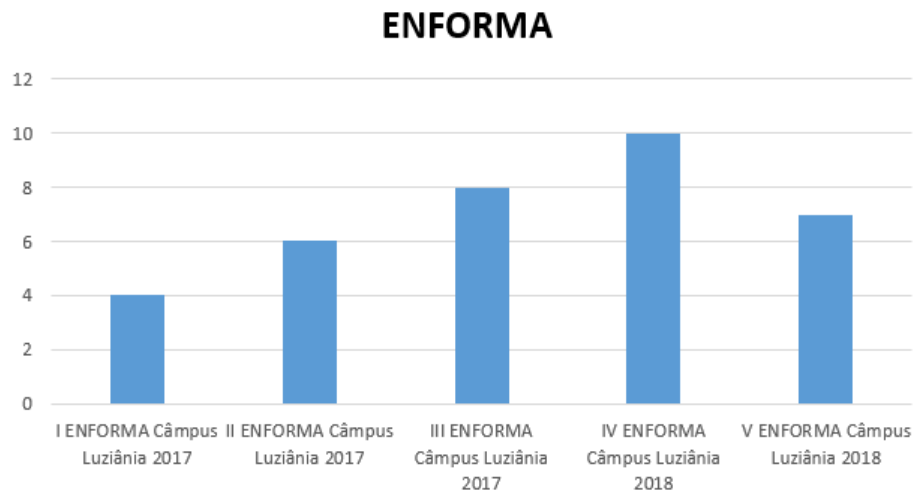
Gráfico n. 03 – Eventos em outras instituições



Fonte: A autora

Há uma boa participação dos acadêmicos nos Encontro de Formação de Professores – ENFORMA do Câmpus Luziânia e em todas as edições do evento há alunos participantes, conforme o gráfico n. 04.

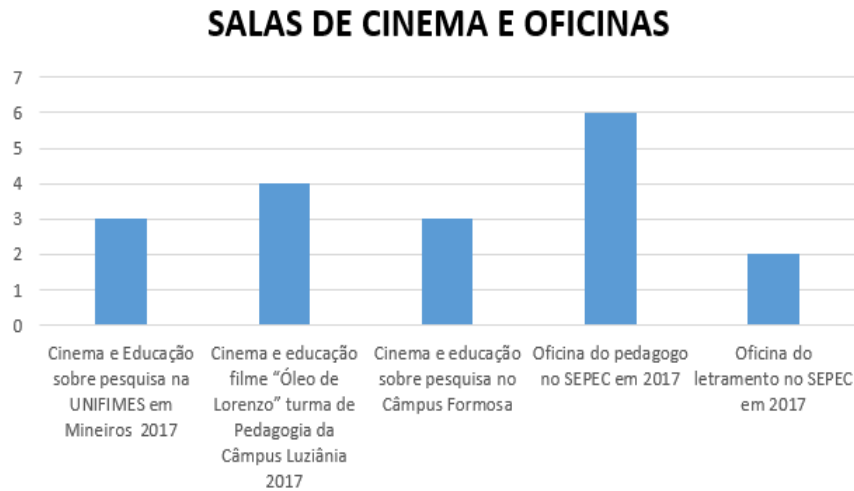
Gráfico n. 04 – ENFORMA



Fonte: A autora

Os alunos participantes do GEFOPi em Luziânia tem se mostrado participativos às salas de cinema e educação e fazem das atividades uma construção entre uma atividade prática com a teoria, conforme Gráfico n. 05.

Gráfico n. 05 – salas de cinema e oficinas



Fonte: A autora

As atividades pedagógicas e de assistencialismo são reflexos das atividades de extensão que o grupo propõem e os acadêmicos veem desenvolvendo um papel transformador na sociedade em que ele está inserido, conforme Gráfico n. 06.

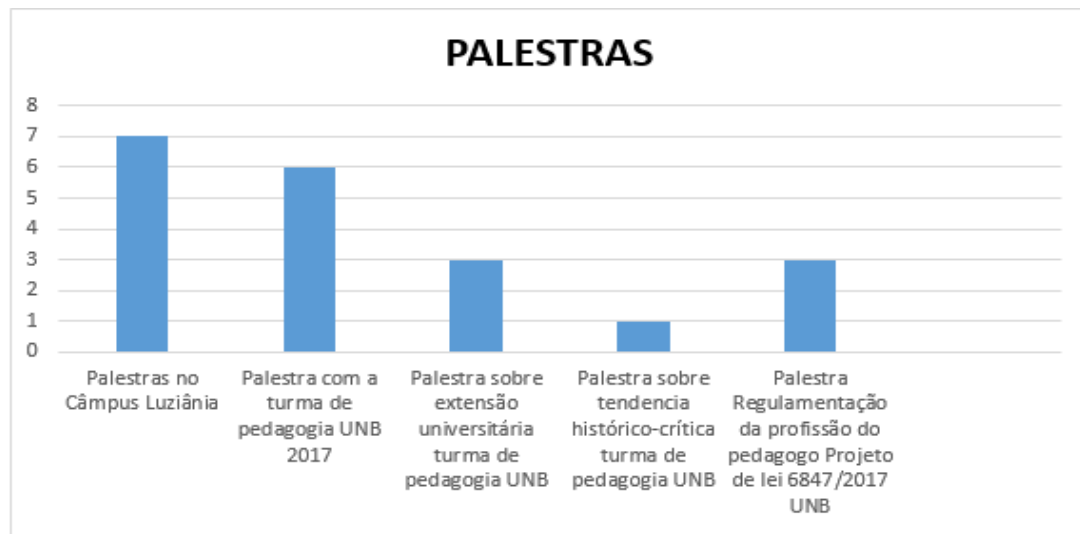
Gráfico n. 06 – atividades pedagógicas e assistencialistas



Fonte: A autora

Observa-se uma boa participação dos atores veteranos do Câmpus Luziânia em relação a diversas palestras oferecidas em diferentes Câmpus da UEG e também fora dela, conforme Gráfico n. 07.

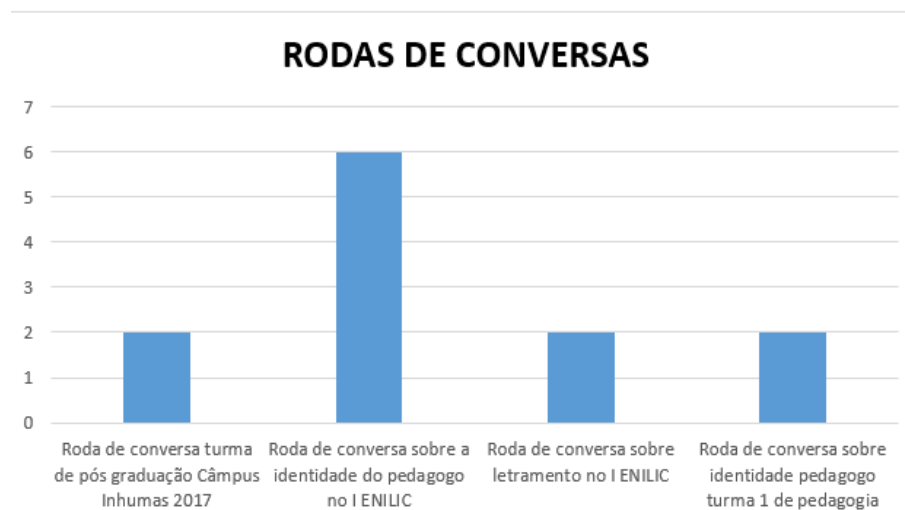
Gráfico n. 07 – palestras



Fonte: A autora

No Gráfico n. 08 que relaciona as rodas de conversas com a participação dos acadêmicos de forma direta e proporciona uma maior interação do público com a atividade abordada tem sido de grande valia para o grupo e a participação desses atores tem sido significativa.

Gráfico n. 08 – rodas de conversas

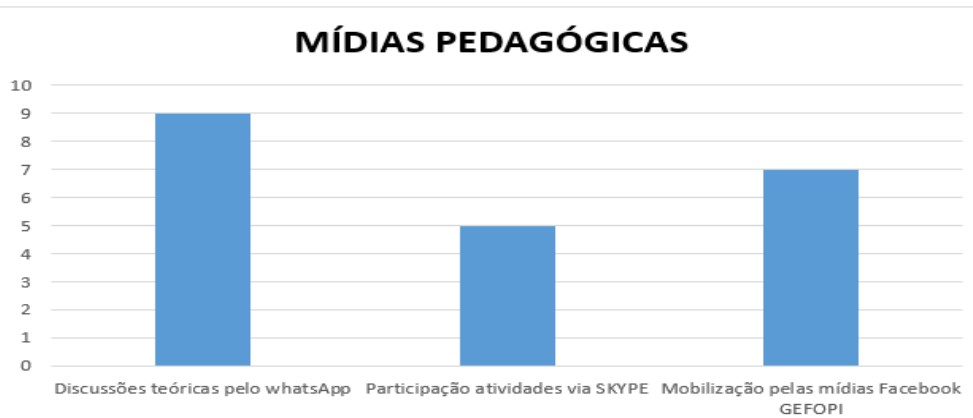


Fonte: A autora

Em relação às mídias pedagógicas, que são uma ferramenta em que todos os participantes do grupo utilizam para exercerem atividades diversas como também para

aprendizagem de novas ferramentas apresentam uma excelente participação dos integrantes, conforme Gráfico n. 09.

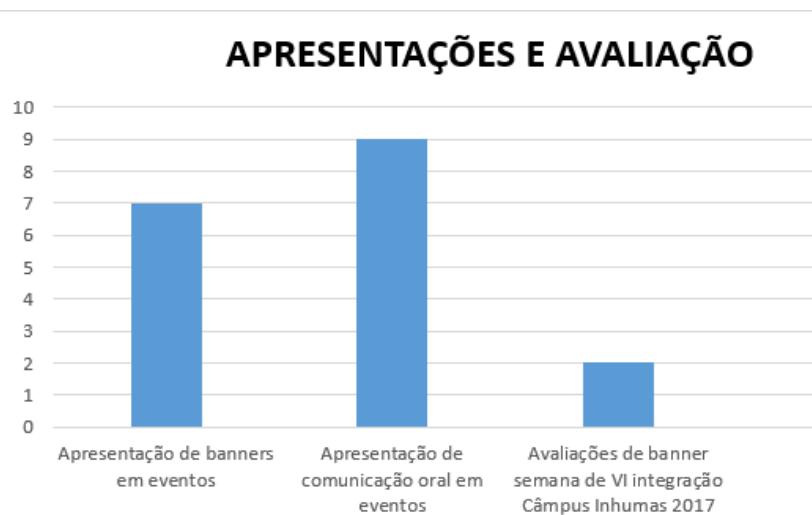
Gráfico n. 09 – mídias pedagógicas



Fonte: A autora

As apresentações conforme estabelecidas no Gráfico n. 10 tem demonstrado uma boa participação dos atores, sejam elas oral, banner, oficinas ou rodas de conversas ou por acompanhar avaliações de outros alunos em trabalhos acadêmicos. Fica visível que os participantes tem crescido cada vez mais academicamente com essas atividades.

Gráfico n. 10 – Apresentações e avaliação



Fonte: A autora

No tocante às publicações sejam em resumos simples, expandido, artigos e outros tem sido relevante a participação dos acadêmicos em eventos que tem anais, bem como com capítulos de livros, guias e revistas, conforme Gráfico n. 11.

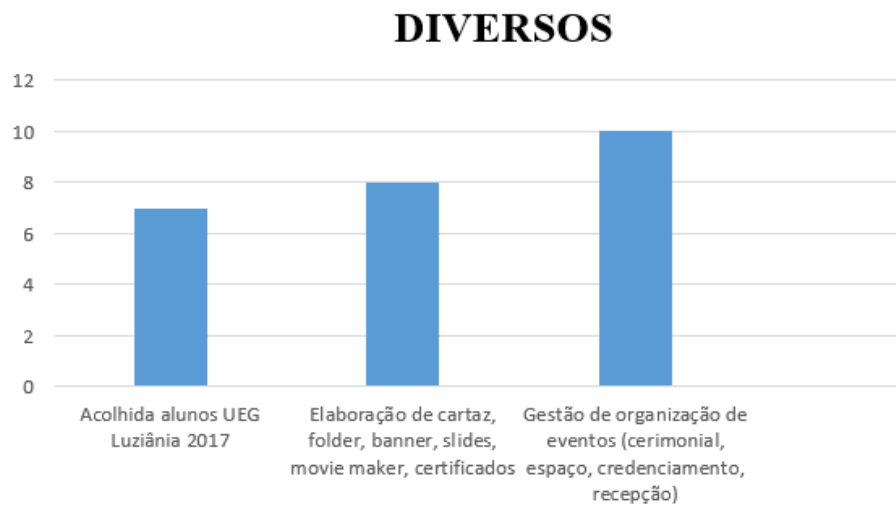
Gráfico n. 11 – publicações



Fonte: A autora

No Gráfico n. 12 apresentado as atividades como confecção de cartazes, banner e outros e a gestão de eventos em diversos espaços tem proporcionado aos veteranos uma aprendizagem significativa e relevante enquanto profissional e acadêmico.

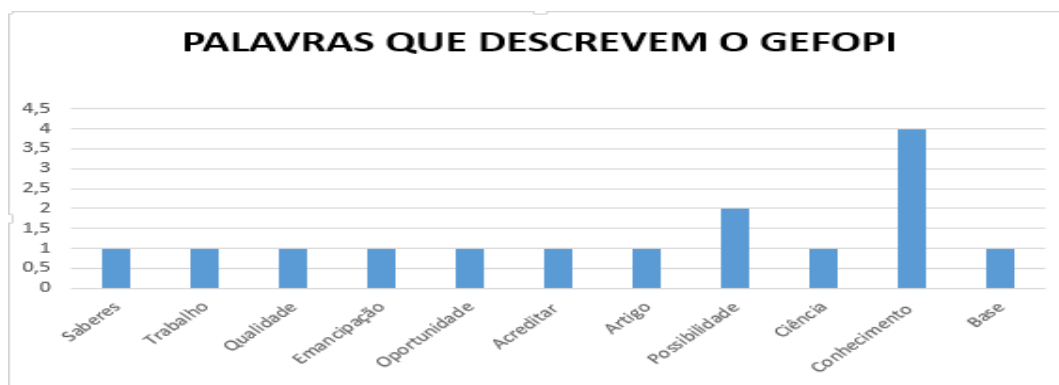
Gráfico n. 12 – diversos



Fonte: A autora

No gráfico de numero 13, foi proposto aos alunos partícipes do GEFOPI para que eles descrevessem o grupo em uma palavra e o resultado foi surpreendente e bastante significativo pois os integrantes demonstraram conforme o gráfico abaixo que o GEFOPI pode possibilitar saberes, emancipação, oportunidade, ciência, possibilidades, base e conhecimento o qual é o proposito do grupo e com base nas respostas observamos que para aqueles que aproveitam a oportunidade e participam assiduamente se tornam pessoas emancipadas e veem a possibilidade de crescimento e aprendizagem.

Gráfico n. 13 – Palavras que descrevem o GEFOPI



Fonte: A autora

Quanto às dificuldades os participantes da pesquisa observaram dentre outras coisas as dificuldades com transporte para eventos, o mal funcionamento da internet da instituição e a dificuldade em relação ao tempo para poderem se envolver mais nas diversas atividades do grupo. Uma das acadêmicas relatou quanto a as dificuldades e pontos negativos,

O despreparo intelectual por minha parte, sem o apoio de professores ou ao menos tutores, desencadeou-me algumas retrações. Outro fator que impossibilita a melhor absorção dos conhecimentos e competências transmitidas pelos partícipes do grupo é à distância dos eventos, bem como os custos a serem pagos. A princípio estas são as minhas dificuldades.

Ainda no que se refere às dificuldades outra participante disse:

Questões de transporte para ir aos encontros presenciais do GEFOPI e quando esses encontros são realizados via Skype não consigo acompanhar devido a qualidade da internet, portanto o ponto negativo que eu encontrei é a falta de participação para ampliar os conhecimentos para conseguir desempenhar um bom papel no GEFOPI.

Outra questão abordada foi

Minha grande barreira foi o tempo, pois gostaria de estar presente em mais atividades, porém não tive como mediar o tempo com as atividades do grupo.

As dificuldades das falas analisadas demonstram que são mais dificuldades pessoais e externas ao grupo que propriamente do grupo com o participante, mas a formação vai além do cunho acadêmico e é preciso que isso não seja ignorado para que isso não impossibilite a formação do participante.

Enquanto as possibilidades relataram da abrangência de conhecimento que o grupo pode proporcionar e dinâmica do grupo em fazer atividades diversas e que possibilitam a interação do grupo e crescimento pessoal e profissional e também com relação a certificação das atividades realizadas. Quanto às possibilidades uma participante do GEFOPi relatou que

A riqueza de conhecimento agregado em um único grupo, como também as possibilidades de imersão no mundo da busca pelo saber através de pesquisa autônoma, com o propósito de posteriormente colocá-los em prática. Bem como, o deslumbre ao perceber a evolução, o desenvolvimento e as conquistas singulares de cada participante do grupo. Tudo isto mencionado não descreve 1% que o GEFOPi proporciona aos seus integrantes.

Outra componente do grupo afirma:

Nos possibilita um espaço de aprendizagem mais profunda, em que nos leva a uma maior emancipação, autonomia e posicionamento crítico, algo que muitas vezes a sala de aula não consegue proporcionar. Possibilita experiências reais da vida acadêmica, o que contribui para um melhor desempenho nos trabalhos acadêmicos e outros. Mostra o quanto podemos ir mais longe e o mais importante, nos dá meios para isso!”. Ainda sobre as possibilidades a aluna diz que “É um ótimo projeto para aprender coisas novas, receber orientações sobre assuntos acadêmicos ,oportunidade de saber sobre eventos das faculdades e cursos que podemos participar, além disso, é uma chance de conhecer novas pessoas e de discutir sobre vários assuntos interessantes a nossa formação.

Em relação as falas dos participantes enquanto possibilidades eles relatam a percepção de uma evolução em suas formações e de aprendizagem e também descrevem o quanto o grupo pode lhes fazer perceber pessoas autônomas e com perspectivas crítico-reflexiva.

Na pergunta sobre o que favoreceu na sua formação em relação ao GEFOPi enquanto uma ação extensionistas na UEG.

Sim, os temas debatidos, as problematizações levantadas, os questionamentos gerados são fundamentais para a formação de seres humanos mais crítico, como também protagonistas da própria história; também forma profissionais preocupados com o ambiente, com a comunidade e consequentemente com o país, voltado para políticas públicas de interesse coletivo.

Outra acadêmica disse:

Sim, inicialmente é muito importante, esse me mostrou o que é realmente a extensão e seu papel na sociedade e academia, algo que não conseguia entender enquanto estudante e não participante do GEFOPi. Além de entender a concepção de extensão, hoje posso vivenciá-la por meio das ações do grupo, o que tem contribuído grandemente para minha formação, tanto como profissional quanto com ser humano.

Ainda sobre essa mesma pergunta

Eu ingressei no GEFOPÍ após sair da universidade, mas imagino que para quem ainda está cursando é melhor ainda, pois o projeto abre um espaço de muitas possibilidades de participação em eventos e discussões universitárias.

Os partícipes do GEFOPÍ sobre as ações de extensão descrevem que os temas e questionamentos levantados favorece a sua formação já que as atividades extensionistas trazem uma interação entre o pessoal, acadêmico e também na construção da identidade profissional. Participar de ações extensionistas é um direito do aluno para sua formação e está previsto na LDBEN (1996), no PNE (2014), no PDI (2010) e defendido por autores como Reis (1996), Síveres (2012), Jezine (2006) e outros.

Por meio das análises dos questionários observamos que a formação vai além de atividades assistencialistas e de prestação de serviço. É preciso um investimento pessoal dos alunos e também de cunho acadêmico dos professores. O GEFOPÍ enquanto grupo de estudos busca um protagonismo do aluno e entende que o processo de formação não é só a participação como ouvinte, seja em eventos, palestras, rodas de conversa ou em atividades de cunho assistencialistas, mas que o participante pode atuar de forma direta nas ações ofertadas pelo grupo em que ele pode ser autor de trabalhos, mediador de mesas de debates, palestrante, organizador e gestor de eventos e com isso ganhar certificações e principalmente conhecimento científico e prático.

As dificuldades apontadas como exemplo do transportes, internet e falta de tempo dos acadêmicos provam que as atividades de extensão como as que o GEFOPÍ realiza estão institucionalizadas mas que na verdade apresentam dificuldades para sua realização e alcance de seus objetivos com qualidade mas não impossibilitam o crescimento e formação dos acadêmicos. Já se tratando das possibilidades podemos observar que são inúmeras e que apesar das dificuldades os participantes ativos se desenvolvem enquanto indivíduos e profissionais e se assumem como construtores de suas identidades docente.

3.2 A voz das coordenadoras: análise das entrevistas

Outro instrumento de coleta de dados foi a entrevista com as coordenadoras do GEFOPÍ, a entrevista foi organizada com seis questões para cada. Para a coordenadora do GEFOPÍ Luziânia foram feitas as seguintes perguntas. A pergunta de número um foi, Qual sua intenção inicial a chegada do grupo no Câmpus Luziânia? A coordenadora pontuou.

A minha intenção, para chegada do grupo em Luziânia, era para que os alunos pudessem se reunir, estudar, produzir, participar de eventos. E eu sabia que o GEFOPÍ tinha esse tipo de ação, então era isso que eu queria levar para que os

alunos tanto de pedagogia quanto de administração, né, mas mais de pedagogia pudessem ter um espaço, em que eles pudessem se reunir, pudessem trocar reflexões, aprender, aprender a escrever, aprender a ler, aprender a discutir teorias e a escrever, né, artigos para eventos.

Essa fala demonstra que a coordenadora do grupo pretendia que a vinda do GEFOPi para Luziânia trouxesse os alunos um espaço para além da sala de aula, um espaço de produção de conhecimento e troca de experiências que fossem academicamente pensado, e que as fragilidades dos alunos com escritas e produções científicas fossem sanados.

A segunda questão foi, Como foram as negociações para dar início ao grupo em Luziânia? Teve dificuldades? Quais? A coordenadora respondeu que:

Eu conversava muito com Andréa, e falava para ela que eu tinha vontade de quê o GEFOPi pudesse atuar em Luziânia. E ela falava que era só eu começar. Mas eu não entendia como... ainda não entendia como é que o grupo funcionava. Então eu pensava que só poderia funcionar com ela estando junto, ela estando no Câmpus. E aí um dia nós estávamos conversando, até era pelo Skype, e aí ela falou que estava vindo para a UNB fazer o doutorado, e que estava muito difícil, eram mais de 10 horas de viagem, de onde ela morava para cá, e que ela poderia mudar... daí eu perguntei para ela, você poderia mudar para Luziânia para ficar mais fácil para você? E aí nós fizemos essas negociações, né, e ela acabou vindo morar em Luziânia. E aí a gente começou o GEFOPi. A primeira dificuldade que nós tivemos foi de fazer com que os alunos e os professores entendessem a dinâmica de funcionamento do grupo, né, principalmente os alunos, que foram os que nós convidamos primeiro para participar do grupo, e nos reunirmos esses alunos, eu convidei, né, passei de sala em sala, convidando todos os alunos para se reunirem para ouvirem a Andréa que era coordenadora do GEFOPi, para eles ouvirem o que ela tinha dizer, o que ela tinha a explicar sobre o grupo, para que eles pudessem participar, que nós pudéssemos começar o GEFOPi em Luziânia.

A questão de como a coordenadora geral do grupo veio morar em Luziânia favoreceu o fortalecimento do grupo no Câmpus UEG Luziânia, pois a coordenadora local ainda não compreendia como era o funcionamento das atividades. As primeiras dificuldades apresentadas foram de mobilização de pessoas para entenderem como eram organizadas as reuniões e como eram a dinâmica do grupo.

A terceira questão referiu-se, como foi o envolvimento dos primeiros participantes do grupo no Câmpus Luziânia? No que se refere a essa questão a coordenadora sinalizou que

No começo, vários alunos, principalmente de pedagogia se envolviam participavam das reuniões, nos tínhamos reuniões do grupo de estudos semanalmente, era todas as sextas-feiras, então muitos alunos participaram, iam ao grupo, mas devagar foram saindo e ficando somente alguns, porque o grupo exige muita leitura, exige muita escrita, participação em eventos, e acabou ficando no grupo realmente aqueles que tinham vontade, e queriam, né, realmente queriam ter uma participação nesse tipo de atividade.

Essa fala demonstra como foi o envolvimento dos partícipes envolvidos com o grupo e por meio dela podemos perceber que de início a participação no grupo era de um grande

número de pessoas e com o decorrer das atividades e exigências de escritas e apresentações em eventos científicos, ficaram por fim aqueles que entenderam que a vida acadêmica exige esforço e sacrifícios.

Na quarta questão sobre, Por que você considera importante a participação de acadêmicos em um grupo de estudos? A coordenadora afirma

Eu considero muito importante sim, a participação de acadêmicos em um grupo de estudos. Porque o processo de ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que simplesmente a parte do ensino, que é o que acontece em sala de aula. Então, esse processo ele vai além, da sala de aula e é a possibilidade que o aluno tem de agregar conhecimentos aos conhecimentos que ele consegue adquirir por meio das aulas. Então, com isso ele pode conhecer atividades de extensão, ele pode conhecer atividades de pesquisa, ele pode se envolver mais com essas atividades, ele pode participar de eventos, ele pode desenvolver a leitura e a escrita, ele pode desenvolver o senso crítico, a leitura de mundo pode ser ampliada, além daquilo que já é oferecido em sala de aula. Então, quando acadêmico percebe a dimensão que é, na questão das possibilidades de aprendizagem de um grupo de estudos, ele se envolve, por mais trabalho que isso dê, por mais dificuldades que se tenha, ele acaba se envolvendo porque ele aprende, ele... ele compreende o que que é uma vida acadêmica, né. Que não é somente ficar em sala de aula, não é somente de atividades das disciplinas, ele compreende que a vida acadêmica que a vida na Universidade pode ir muito mais além do que isso.

De acordo com essa resposta podemos analisar que o processo de ensino-aprendizagem perpassa o ambiente acadêmico e quando o indivíduo percebe e se envolve em atividades que lhes acrescentam positivamente ele aprende a reconhecer a teoria dentro da prática e entende que a universidade deve ser lugar de mudança e transformação.

Como quinta questão foi perguntado: Como você caracteriza os acadêmicos participantes do grupo hoje? A coordenadora pontuou que,

Bem hoje eu percebo que os acadêmicos que participam do GEFOP, são acadêmicos que desenvolveram bem a oratória, né, aprenderam a falar em público, se desinibiram para falar em público. São acadêmicos que melhoraram muito a sua capacidade crítica, à sua capacidade de leitura de mundo, são acadêmicos que melhoraram muito a sua escrita, aprenderam a organizar eventos, aprenderam a escrever artigos, aprenderam a... gestão dos eventos, claro que tem muitas coisas ainda a aprenderem, porque claro que o conhecimento nunca é suficiente para a gente dizer que não precisa mais aprender, mas eu percebo uma grande diferença entre aqueles alunos, é... lá do início de 2017 que entraram no grupo para esses alunos hoje, quase no final de 2018, então foram, dois anos de intensas participações no grupo, de intensas produções, tanto Produções orais, como produções escritas, participação em eventos, organização de eventos, produção de projetos, né, então eu percebo, percebo que são alunos que deram um upgrade muito grande na sua condição de acadêmico na sua condição de profissional. E eu penso que o GEFOP contribuiu muito para essa formação desses alunos.

Essa resposta evidencia que apesar das fragilidades os integrantes ativos no grupo aprendem a superar suas impossibilidades e medos e que se tornam autônomos de sua formação.

Como sexta e última questão foi se falado sobre: Quais as possibilidades e limites que o grupo de estudos GEFOPi apresenta hoje? Se tratando dessa pergunta a professora diz:

O GEFOPi é um grupo de estudos que apresenta inúmeras possibilidades de formação continuada para os professores já formados, de formação inicial para os acadêmicos do curso, ele possibilita a ampliação da visão acadêmica que o aluno tem, quando ele entra na universidade que ele pensa que a universidade é somente uma extensão do ensino médio, e por meio do GEFOPi o acadêmico pode perceber que não é isso. Ele pode conhecer as articulações, a indissociabilidade existente entre ensino, pesquisa e extensão. Ele compreende que a vida acadêmica dele pode e deve ir além da sala de aula. Ele compreende que a extensão é uma... um dos tripés importantíssimo da... da universidade, assim como pesquisa e o ensino. Então, possibilidades do grupo são imensas. Aqueles que quiserem, que tiverem interesse em entrar, vão perceber que as possibilidades de aprendizagem no grupo, as possibilidades de crescimento acadêmico, as possibilidades de crescimento profissional, de desenvolvimento da... da oratória, de desenvolvimento da escrita, desenvolvimento da leitura, de tudo, são possibilidades infinitas né, são possibilidades muito grandes para os acadêmicos. Permite que os acadêmicos viagem, conheçam outras cidades, conheçam outros estados, assim como vários viajaram para apresentação de artigos em eventos. Isso permite também... o grupo permite também é... o fortalecimento das relações interpessoais, a aproximação dos alunos para além do coleguismo, fortalecendo aí laços de amizade. Nossa! grupo permite assim... tem grandes, muitas, inúmeras possibilidades. Enquanto limites eu percebo que o grupo carece muito de recursos financeiros, que é um dos grandes entraves para a continuidade das atividades, para realização até de algumas atividades, o grupo tem... apresenta também como um limite né, aliás, são limites para... para a realização dos estudos, realização dos eventos, como por exemplo: falta de uma internet, que tem uma capacidade suficiente para sustentar as discussões pelo WhatsApp, pelo... pelo Skype aliás, as transmissões pelo Skype das reuniões, falta recursos para confecção de banner, falta bolsas para os alunos, para que eles possam se dedicar mais ao... ao ao grupo, se dedicar mais as pesquisas, se dedicar mais aos projetos de extensão. Então, tem a falta de transporte também da própria Universidade que impede. Isso é um limite muito grande para as ações do grupo, né. Eu vejo ainda como possibilidades do GEFOPi, também a aprendizagem do uso de Mídias e tecnologias né, de novas tecnologias, ou de tecnologias contemporâneas para o profissional aprender a lidar com isso, então eu vejo, que são essas as possibilidades e esses são os limites para o grupo. Um a um outro limite também que eu considero para o grupo é a pouca adesão de professores ao grupo, né, falta assim de comprometimento, não de comprometimento que quem está comprometido! Mas a falta de adesão mesmo de alguns colegas que a gente convida para participar, a gente percebe que tem um grande potencial, poderia desenvolver mais e também ajudar muito, contribuir muito com o grupo e acaba não participando né, então eu acho que é isso.

Refletimos a partir dessa fala que existem possibilidades e limites para que um grupo como o GEFOPi aconteça. Para os acadêmicos em formação inicial possibilita a imersão na vida fora do senso comum e para os profissionais já formados possibilita a formação continuada. Os participantes constroem alianças de amizade que vão além do grupo e assim podem um contribuir com a dificuldade do outro. As adversidades enfrentadas pelo grupo são grandes e as questões relacionadas a incentivos financeiros por parte da instituição são as principais causas de dificuldades dos alunos permanecerem no grupo. A participação de

professores do Câmpus Luziânia também é uma questão relatada pela coordenadora já que se os mesmos se envolvessem o fortalecimento do grupo seria maior.

A entrevista também foi aplicada com a coordenadora geral do GEFOPi, a qual idealizou e coordena o grupo desde 2006. A primeira pergunta foi “Qual sua intenção inicial ao formar o grupo de estudos?” A resposta da coordenadora geral foi

Bom, de princípio idealizei apenas encontros semanais para estudarmos alguns textos, discuti-los e escrever sobre a temática dos mesmos, já que alguns alunos de Pedagogia do Câmpus São Luis de Montes Belos, na disciplina de História da Educação, que eu ministrava, reclamavam que não conseguiam entender os textos da disciplina e por isso tinham dificuldades. Então, resolvi fazer encontros com aqueles que queriam e podiam ir na parte da tarde para a universidade. Os encontros foram acontecendo e aos poucos comecei a perceber que poderíamos fazer mais coisas. Isso era em 2005. Então, pouco a pouco comecei a incentivar os alunos a participar de atividades na instituição e resolvemos oficializar o grupo, dando a ele um nome. Em um dos encontros resolvemos que o nome seria GEPI. Assim, em 2005 anunciamos o GEPI como grupo de estudos em prática interdisciplinar e começamos a escrever para eventos. Logo passamos a dar palestras sobre o assunto. Mas, final de 2005 estudando livros de Ivani Fazenda, descobrimos que GEPI era o nome do grupo de estudos da referida autora e teríamos que mudar de nome. Assim, surge em 2006, o GEFOPi como grupo de estudos em formação de professores e interdisciplinaridade. Os encontros para estudar foram potencializados e cada vez mais escrevamos para eventos e ministrávamos palestras. Inclusive os assuntos estudados eram associados as pesquisas que realizávamos. Iniciamos com encontros para estudar textos de História da Educação e em 2 anos percebemos nosso potencial de ensino aliado a pesquisa, a produção científica e a atividades de extensão. Assim, o grupo foi crescendo e cada ano se estabelecendo no Câmpus e também chegando a outros Câmpus, como em Luziânia. De fato o GEFOPi foi uma construção dia a dia, ano a ano, atividade a atividade. Assim, como eu fui construindo minha identidade como professora universitária que trabalho como tripé pesquisa, ensino e extensão. O GEFOPi me fez de fato uma professora universitária.

A segunda pergunta foi “2- Como foi o envolvimento dos primeiros participantes do grupo?”. A coordenadora respondeu que

Foi muito importante para eu perceber que poderíamos ir além de simplesmente ler, interpretar e escrever um texto de uma disciplina. Hoje as atividades do GEFOPi são inúmeras. Às vezes penso que poucas pessoas conseguem de fato compreender a grandiosidade do GEFOPi. Precisa viver o GEFOPi intensamente para compreender todo o seu movimento. Não só os primeiros participantes do grupo foram importantes, mas todos os participantes, pois cada um tem sua importância e faz do GEFOPi um grupo mais forte e intenso a cada dia. Os participantes do grupo atuam diretamente com todo o processo, por isso sua importância, são agentes de todas as atividades. Um detalhe que sempre falamos aos componentes do grupo é que é preciso se envolver com várias atividades e por um bom tempo, tipo 1, 2 ou 3 anos, porque somente com uma variedade pedagógica e um bom tempo de experiência é que vai favorecer a sua formação docente. Já que é lei que ele seja formado por atividades de extensão.

A terceira pergunta foi “3-Você considera cumprida a intenção inicial de criação do grupo?” a resposta da coordenadora foi

Não só cumprimos com a intenção inicial como ampliamos. Hoje as atividades do GEFOPi atende ao princípio da indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão e produção acadêmica, primando pela formação inicial dos partícipes protagonistas,

bem como a transformação social. Acredito que estamos dia a dia conquistando os objetivos do grupo. Acrescento que a intenção inicial não era a mesma de hoje. Antes eu não tinha noção exata do que era extensão. Hoje o GEFOPi se apresenta como um programa que prima pela formação dos seus participantes e pela transformação da sociedade.

A quarta pergunta feita para a coordenadora geral foi “4-Teve alguma dificuldade para dar início ao grupo em Luziânia? Se sim, quais?” A coordenadora respondeu que

De fato não. A medida que o grupo foi crescendo as dificuldades foram aparecendo. Principalmente, depois de 2012 que ampliamos muito as atividades e depois que se expandiu para os outros Câmpus. As principais dificuldades são a falta de financiamento para a realização das atividades, compra de materiais, viagens, transporte, internet e bolsas. Apesar de tantas dificuldades o GEFOPi têm resistido e lutado. Muitas vezes buscamos parcerias, outras vezes pagamos os gastos do nosso próprio bolso, outras vezes modificamos a metodologia e infelizmente algumas vezes temos que cancelar a atividade ou não ir a um evento.

A quinta pergunta foi “Como você caracteriza o grupo hoje?” A coordenadora respondeu que

Como um programa de extensão que cumpre com as diretrizes do FORPROEX e prima pela concepção acadêmica de formação dos protagonistas envolvidos nas atividades processuais e orgânicas. Na minha visão o que realizamos no GEFOPi é a grande representação da extensão que uma universidade deve ter. Só precisa ser reconhecida como tal e ter mais apoio institucional.

A sexta pergunta foi “Como foi a contribuição dos partícipes de Luziânia para o fortalecimento do grupo?” A coordenadora respondeu que

Foi muito boa. A experiência em cada Câmpus é diferente, pois o envolvimento dos acadêmicos e da coordenação local é diferente. Em Luziânia contamos com a prof. Maria Eneida como coordenadora local, que é uma pessoa espetacular e muito engajada com a formação acadêmica de seus alunos e isso fez com que o grupo se estabelecesse e crescesse em Luziânia. O envolvimento dos acadêmicos foi com encontros para estudos, para orientações, pesquisas vinculadas as atividades de extensão, realização de palestras, rodas de conversas, oficinas, escritas para eventos, elaboração de revista pedagógica e guias e agora com a escrita de artigo para um livro. Ou seja, os acadêmicos de Luziânia fizeram todas as atividades do GEFOPi e isso fortalece o grupo e o faz crescer. Inclusive uma atividade – ENFORMA – foi criação dos participantes de Luziânia e hoje se expandiu para São Luis de Montes Belos como FORM-AÇÃO e está indo para Inhumas como FORMAR. Isso mostra o quanto foi importante a contribuição dos partícipes de Luziânia para o fortalecimento do GEFOPi. É claro que cada participante tem uma nível de participação. Alguns participam muito intensamente, outros participam menos e outros quase não participam. Isso depende do tempo de cada um e dos objetivos que cada um tem dentro do GEFOPi. Isso também vai demonstra o quanto influencia em sua formação. Quanto mais intensidade de envolvimento mais influência em sua formação. Mas, de modo em geral, os participantes de Luziânia influenciaram no fortalecimento do GEFOPi enquanto programa de extensão que prima pela formação acadêmica.

O que podemos perceber na voz da coordenadora geral do GEFOPi é que a mesma não tinha a pretensão inicial de alcançar a dimensão que está hoje, foi uma construção de identidade docente e de sentido de universidade e não somente faculdade. A medida que as atividades foram sendo realizadas, o GEFOPi foi se transformando e está posto como se

apresenta hoje, com uma característica de programa e na concepção acadêmica, processual e orgânica, como defende o FORPROEX (2012), Reis (1996), Jezine (2006), Síveres (2012) e outros autores discutidos neste trabalho, além de atender ao princípio da indissociabilidade apresentada pela Constituição Federal do Brasil (1988), pela LDBEN (1996), pelo FORPROEX (2012) e pelos documentos da UEG como PDI (2010) e PPI (2010).

Fica explícito na voz da coordenadora geral as dificuldades existentes para a realização das atividades do grupo. Conforme apresentado no segundo capítulo são inúmeras as atividades e demandam de alguns investimentos da instituição. A questão de investimentos com materiais, bolsas, transporte, internet e outros citados pela coordenadora como dificuldade são discutidos por autores nesse trabalho como necessidade da instituição em apoiar as atividades de extensão, assumindo a responsabilidade com esse investimento, principalmente porque está previsto no PNE (2014) que no mínimo 10% dos créditos totais do currículo formativo precisam ser cumpridos em projetos e programas de extensão. Portanto, assim como o ensino precisa de investimento para cumprir seu currículo com as disciplinas, a extensão também precisa. Contudo, o que se observa pelas atividades que o GEFOPi vem realizando é que as dificuldades existem mas, o grupo realiza muitas atividades. Então, as dificuldades não impossibilitam a existência do grupo e o alcance de seus objetivos que segundo a coordenadora geral é a formação dos acadêmicos, o que se afasta da concepção de extensão universitária de prestação de serviços e assistencialismo, conforme discutido por Reis (1996).

CONSIDERAÇÕES

A formação de professores implica em um trabalho árduo de investimento tanto pessoal quanto profissional e se tratando da relevância da educação é que o objetivo deste trabalho se faz por meio da formação de professores e que se delimitou por meio do grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade – GEFOP. Para alcançar o objetivo geral que foi apresentar as perspectivas e os limites da formação de professores na voz dos atores do Câmpus Luziânia, considerando as ações do GEFOP foi importante revisar a história da universidade brasileira relacionada a formação de professores em que Cunha (1980) apresenta as características de uma universidade tardia e expõe o contexto político, econômico e social daquela época que influenciaram a educação e por conseguinte a formação de professores.

Cunha (1980, 1989, 1988) apresenta que a Universidade foi Temporã, pois demorou a se iniciar no Brasil. A apresenta como Crítica, pois em seu começo teve idas e vindas até se estabelecer. E diz que também foi Reformada, devido às várias reformas que sofreu nos últimos anos. Kochhann (2018, p. 75), traz um olhar de 1985 aos dias atuais, e a chama de Universidade Questionada, pois para a autora apesar da universidade está institucionalizada ainda continua com fragilidade em pesquisa e extensão.

O fato da universidade ter iniciado tardiamente no Brasil ainda reflete na formação de professores e as lutas pela institucionalização e com as muitas mudanças na educação faz com que a universidade apesar de está institucionalizada o processo quanto ao ensino ainda seja muito forte, tornando frágil a extensão.

Se tratando dessa fragilidade foi importante discutir a extensão universitária no Brasil relacionada à formação de professores em que demonstram que a extensão universitária se preocupava com a prestação de serviço e atividades assistencialistas e só com a criação das UNEs que possibilitou ao acadêmico a luta de participação em suas aprendizagens formativas, os trabalhos de Paulo Freire que avançaram com uma extensão direcionada a classe oprimida e os documentos institucionais como ofício circular 263/94 que aponta que a extensão precisa ter relevância acadêmica e que é dito no FORPROEX de 2001 e reforçado no de 2012 que apresentam que as ações de extensão devem ser avaliadas e acompanhadas, para tanto o PNE traz em sua meta 12.1 a respeito dos 10% dos créditos no processo formativo da extensão é assim por meio de lutas e discussões acirradas é que a concepção

de extensão universitária vem mudando no Brasil e atingindo a formação de professores proporcionando conhecimentos a todos os comprometidos com a educação.

Para uma melhor formação de professores é importante que as atividades de extensão sejam acompanhadas e avaliadas e que se façam valer o que dizem os documentos pois nos dias atuais é impressionante que se cumpra com aquilo que muitos e por muito tempo lutaram para que as atividades sejam para além do assistencialismo e prestação de serviço. Por isso se faz necessário a retomada a história.

O conhecimento sobre a constituição histórica e pedagógica da UEG, do Câmpus Luziânia e também do GEFOPi foi significativo pois a Universidade Estadual de Goiás se estrutura no país diante de um contexto de intensos debates sobre as universidades públicas e privadas e apesar de ser uma instituição contemporânea tem como missão o compromisso com o meio, formar indivíduos que provoquem mudanças em suas realidades sociais e a produção de conhecimento através do tripé ensino, pesquisa e extensão. A análise dos documentos como, Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI e Projeto Pedagógico Institucional – PPI da UEG foram importantes para que a análise documental acontecesse.

Nos dias de hoje a Universidade Estadual de Goiás soma 42 Câmpus dispostos em oito regiões. O município de Luziânia se encontra na região quatro junto com Campos Belos, Formosa e Posse. A gestão do câmpus Luziânia conta com diretoria, coordenação administrativa, assessoria de direção, assessoria pedagógica, secretaria acadêmica, assessoria de coordenações e bibliotecária. No ano de 2000, foi criado e autorizado o Curso de Graduação em Pedagogia por meio do Decreto nº 5.181 de 13 de março de 2000 que proporcionou a formação de professores para o ensino nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

É importante salientar que a UEG Câmpus Luziânia deixa explícito em seus documentos que tem como missão e compromisso a busca de formadores que sejam pesquisadores e desenvolvam o conhecimento científico e que busquem ser atores de suas práticas sociais e que se tornem transformadores de sua realidade. Para isso é necessário que se cumpra com o que está documentado e que a busca pelo tripé acadêmico seja para além de algo somente institucionalizado.

Com o Projeto do GEFOPi observamos a identidade do grupo e reconhecemos a importância de sua criação que tem como objetivo estimular a formação de alunos com uma perspectiva crítico-reflexiva despertando neles a competência de um diálogo com a realidade por meio da pesquisa e extensão de concepção acadêmica, que Gramsci, Jezine e Reis defendem. As metodologias do grupo favorecem para que os participantes se envolvam de

forma práxis e não somente de forma prática, mas de uma prática dotada de teoria como diz Curado Silva (2011) para que possam transformar suas realidades e de outros independente do Câmpus que o partícipe se encontra.

Reconstruir a história das Universidades Brasileiras, da UEG e do GEFOPi foi indispensável para responder a problemática desta pesquisa e para elaboração da análise da formação de professores na voz dos atores do GEFOPi do Câmpus Luziânia que forma o terceiro capítulo deste trabalho e que dá voz aos sujeitos participantes do grupo. Para isso foi analisado um questionário misto em que quinze atores responderam o mesmo.

Baseado nas análises observamos que existem limites e possibilidades para a formação de professores por meio de um grupo de estudos como o GEFOPi e que as maiores dificuldades estão ligados com transporte para eventos, a oscilação da internet da instituição e tempo para poderem se envolver nas diversas atividades do grupo. Os resultados de possibilidades configuram em riquezas de aprendizagem, busca pela autonomia, posicionamento crítico, experiências práxis para além da sala de aula e possibilidades de participação em eventos e produção acadêmica que o grupo proporciona de forma dinâmica.

As análises foram feitas pensando em dar voz aos alunos participantes do grupo, demonstrando que para que um projeto de extensão que vise pela formação de professores aconteça, existem não só possibilidades mas também limites, mas que apesar dos limites a formação acontece e a busca pelo protagonismo do aluno e o seu crescimento profissional faz com que saibamos que estamos cumprindo com o objetivo inicial do grupo.

Considera-se que a formação de professores de forma autônoma e contextualizada deve ser valorizada e devem acontecer investimentos tanto pessoal, dos profissionais formadores, quanto institucional, pois os limites na formação não são apenas de cunho pessoal do acadêmico. É necessário um trabalho de mudança dos modelos das práticas atuais pois a formação perpassa pela experimentação, pela inovação e indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Almejamos de forma audaciosa contribuir para a reflexão de docentes e acadêmicos no tocante a formação de professores à luz de grupos de estudos e ou projetos e programas de extensão, bem como da instituição no tocante a fomentar os investimentos necessários e cumprir com a legislação. Para tal, pretendemos realizar palestras, rodas de conversas e publicações sobre a temática desse trabalho. Bem como, de maneira ainda mais audaciosa tentar um mestrado acadêmico para aprofundar a temática.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Amanda de Magalhães, BOTTECHIA, Juliana Alves de Araújo, KOCHHANN, Andréa e PRAZER, Naiane Silva. **Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade: uma análise de suas contribuições para a formação**. 2017. Disponível em:

<http://www.anais.ueg.br/index.php/semintegracao/article/view/9209>

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa Alienada e Ensino Alienante: O Equívoco da Extensão Universitária**, Vozes, Petrópolis, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação, PNE**. 2001. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>

BRASIL. **Plano Nacional de Educação, PNE**. 2014. Disponível em:

http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: o Ensino Superior da Colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Crítica: o Ensino Superior na República Populista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro. **Professores com Formação Stricto Sensu e o Desenvolvimento da Pesquisa na Educação Básica da Rede Pública de Goiânia: realidade, entraves e possibilidades**. Tese. Goiânia: UFG, 2008.

_____. **A Formação De Professores Na Perspectiva Crítico-Emancipadora**. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 17, n. 32, p. 13-31, jan./abr. 2011.

_____. Epistemologia Da Práxis Na Formação De Professores: Perspectiva Crítico Emancipadora. In: **Revista Ciências Humanas**. Frederico Westphalen, RS v. 18 n. 2 [31] AOP set./dez. 2017.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FORPROEX. **Avaliação Nacional da extensão Universitária**. 2001. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos>

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-extensao/documentos-da-extensao-de-ambito-nacional/politica-nacional-de-extensao-universitaria-forproex-2012/view>

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. RJ: Civilização Brasileira, 1979.

JEZINE, Edineide Mesquita. **As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte, 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>

JEZINE, Edineide Mesquita. **A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João pessoa: UFPB, 2006.

KOCHHANN, Andréa. **Formação docente e extensão universitária: tessituras entre concepções, sentidos e construções**. Brasília: UNB, 2018. Tese de doutorado qualificado. Mimeo.

REIS, Renato Hilário dos. **Histórico, Tipologias e Proposições sobre a Extensão Universitária no Brasil**. Cadernos UnB Extensão: A universidade construindo saber e cidadania. Brasília, 1996. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/6094/5042>

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Demerval (Orgs.). 2. ed. **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. Campinas: São Paulo: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 14. n. 40 Jan/Abril. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação: o lugar da educação superior**. educAtiva, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 45-66, jan-jun. 2010. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/educativa>

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. In: SAVIANI, Demerval (Orgs.). 4. ed. **História das Aldeias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: São Paulo: Autores Associados, 2013.

SÍVERES, Luiz. O Princípio Da Aprendizagem Na Extensão Universitária. In: SÍVERES, Luiz (Org.) **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002320/232083por.pdf>

SÍVERES, Luiz. O Princípio da Aprendizagem na Extensão Universitária. In: SÍVERES, Luiz (Org.) **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber, 2012. In: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002320/232083por.pdf>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Institucional: sobre a UEG. Disponível em: <http://www.ueg.br/conteudo/13645>. Acesso em 27 de outubro de 2018.

APÊNDICE B – Questionário das entrevistas alunos

Identificação: () acadêmico () professor () egresso () comunidade

Curso: _____

Sexo: () feminino () masculino

Idade: _____

Você participou do GEFOPi em que ano(s)? _____

Quais atividades você realizou enquanto GEFOPi?

- () grupo de estudos no Câmpus Luziânia
- () palestras no Câmpus Luziânia
- () orientações para projetos de pesquisa
- () orientações para eventos
- () orientações individuais
- () orientações em pequenos grupos
- () encontros para atividades diversas
- () orientações mestrado
- () orientações doutorado
- () discussões teóricas pelo *whatsApp*
- () participação atividades via *Skype*
- () palestra com a turma de pedagogia UNB 2017
- () mobilização pelas mídias *Facebook* GEFOPi
- () evento Workshop 18 anos de UEG em Aparecida de Goiânia 2017
- () elaboração do Guia do GEFOPi Sustentabilidade
- () evento VI EEPEX UEG de Anápolis 2017
- () I ENFORMA Luziânia 2017
- () evento II Coloquio na UNIFIMES em Mineiros 2017
- () Cinema e Educação sobre pesquisa na UNIFIMES em Mineiros 2017
- () evento VI semana de integração Câmpus Inhumas 2017
- () evento VI semana de integração Câmpus Inhumas 2018
- () avaliações de banner semana de VI integração Câmpus Inhumas 2017
- () Roda de conversa turma de pós graduação Câmpus Inhumas 2017
- () Cinema e educação filme “Óleo de Lorenzo” turma de Pedagogia da Câmpus Luziânia 2017
- () 3ª feira do livro 2017
- () evento VIII SEREX Dourados MS 2017
- () evento Enfople no Câmpus de Inhumas 2017
- () seminário grupo GEPFAPe UNB
- () palestra sobre extensão universitária turma de pedagogia UNB
- () palestra sobre tendencia histórico-crítica turma de pedagogia UNB
- () palestra Regulamentação da profissão do pedagogo Projeto de lei 6847/2017 UNB
- () acolhida alunos UEG Luziânia 2017
- () evento I ENILIC IFG Câmpus Valparaiso 2017
- () roda de conversa sobre a identidade do pedagogo no I ENILIC
- () roda de conversa sobre letramento no I ENILIC
- () evento II CICED Câmpus Formosa 2017
- () II ENFORMA Câmpus Luziânia 2017
- () ação criança feliz Escola Dilma Roriz
- () evento IV CEPE Câmpus Pirenópolis 2017
- () Cinema e educação sobre pesquisa no Câmpus Formosa

- evento de SEPEC Luziânia em 2017
- oficina do pedagogo no SEPEC em 2017
- oficina do letramento no SEPEC em 2017
- aplicação do projeto poemas em festas Escola Dilma Roriz
- III ENFORMA Câmpus Luziânia 2017
- evento VII EDIPE na PUC Goiânia 2017
- ação natal solidário aos guardas do Câmpus Luziânia 2017
- IV ENFORMA Câmpus Luziânia 2018
- aula magna no IELT Câmpus Anapólis 2018
- V ENFORMA Luziânia 2018
- publicação de resumo simples
- publicação de resumo expandido
- publicação de artigo
- publicação de capítulo de livro
- apresentação de banners em eventos
- apresentação de comunicação oral em eventos
- elaboração de Revista Pedagógica
- elaboração de cartaz, folder, banner, slides, movie maker, certificados
- gestão de organização de eventos (cerimonial, espaço, credenciamento, recepção)
- Outros: _____

Quais as dificuldades ou pontos negativos que você encontrou em realizar as atividades do GEFOPi?

Quais as possibilidades ou pontos positivos que você encontrou em realizar as atividades do GEFOPi?

O GEFOPi enquanto uma ação extensionistas na UEG favoreceu sua formação? Apresente argumentos.

Se fosse para você escolher uma palavra para descrever o GEFOPi, qual seria?

APÊNDICE C - Entrevistas semiestruturadas coordenadoras

PESQUISADORA: Naiane Silva Prazer TELEFONE: (61) 99358-6178

TÍTULO DA PESQUISA: PERSPECTIVAS E LIMITES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES CONSIDERANDO UM GRUPO DE ESTUDOS: uma análise do Câmpus Luziânia da Universidade Estadual de Goiás.

ORIENTADORA: Prof.^a M^a. Maria Eneida da Silva

OBJETIVO GERAL: apresentar as perspectivas e os limites da formação de professores na voz dos atores do Câmpus Luziânia, considerando as ações do GEFOPÍ.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: A utilização dos dados coletados é única e exclusivamente para fins científicos de divulgação da pesquisa.

Coordenadora Geral do GEFOPÍ

- 1- Qual sua intenção inicial ao formar o grupo de estudos?
- 2- Como foi o envolvimento dos primeiros participantes do grupo?
- 3- Você considera cumprida a intenção inicial de criação do grupo?
- 4- Teve alguma dificuldade para dar início ao grupo em Luziânia? Se sim, quais?
- 5- Como você caracteriza o grupo hoje?
- 6- “Foi importante a contribuição dos veteranos de Luziânia para o fortalecimento do grupo?”

Coordenadora local do GEFOPÍ Luziânia

- 1- Qual sua intenção inicial a chegada do grupo no Câmpus Luziânia?
- 2- Como foram as negociações para dar início ao grupo em Luziânia? Teve dificuldades? quais?
- 3- Como foi o envolvimento dos primeiros participantes do grupo no Câmpus Luziânia?
- 4- Por que você considera importante a participação de acadêmicos em um grupo de estudos?
- 5- Como você caracteriza os acadêmicos participantes do grupo hoje?
- 6- Quais as possibilidades e limites que o grupo de estudos GEFOPÍ apresenta hoje?

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCL

ACADÊMICA/ PESQUISADORA: Naiane Silva Prazer TELEFONE: (61) 993586178

TÍTULO DA PESQUISA: PERSPECTIVAS E LIMITES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES CONSIDERANDO UM GRUPO DE ESTUDOS: uma análise do Câmpus Luziânia da Universidade Estadual de Goiás.

ORIENTADORA: Prof.^a M^a. Maria Eneida da Silva

OBJETIVO GERAL: apresentar as perspectivas e os limites da formação de professores na voz dos atores do Câmpus Luziânia, considerando as ações do GEFOP.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Ao ser entrevistado (a), há a concordância com a utilização de todos os dados coletados única e exclusivamente para fins científicos de divulgação da pesquisa.

Naiane Silva Prazer

Acadêmica/pesquisadora

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Avenida do trabalhador, Gleba B/4, Distrito Agroindustrial CEP: 72800-000.

Telefone: (61) 3620-6330

Nome do (a) professor (a)

Assinatura do (a) professor (a)

ANEXOS

Declaração de Autenticidade

Neste documento, eu Naiane Silva Prazer declaro que este trabalho é de minha autoria e o uso de todas as fontes escritas e de material de qualquer natureza utilizado na produção deste documento foi devidamente e apropriadamente reconhecido. Também declaro aqui ter conhecimento do teor da Lei nº 9.610/98, que versa sobre plágio de trabalho intelectual de qualquer natureza e que tenho consciência das consequências desta lei no âmbito civil e criminal.

Naiane Silva Prazer